

EDITORIAL



O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é o órgão oficial de comunicação social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, deixando evidente que sua proposta é ser diferente dos demais, sobressaindo-se, principalmente, pela qualidade e pela eficiência das informações nele contidas. Traz de maneira prática e objetiva a história do Brasil.

É destinado a divulgar as ações de jornalismo, *marketing* e responsabilidade social e institucional do Poder Executivo e do Poder Judiciário, dando ênfase, especialmente, ao importante trabalho técnico-operacional desenvolvido pelo Poder Legislativo no que tange ao trabalho legislativo praticado pelas Comissões Permanentes e Temporárias do Congresso Nacional, instaladas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A missão deste veículo, *Jornal Notícias do Congresso Nacional*, é oportunizar a divulgação dos trabalhos técnicos desenvolvidos no âmbito do Poder Legislativo, pelos seus membros no Congresso Nacional, no cumprimento de sua missão de legislar, fiscalizar e legitimar o poder estabelecido, em nome da sociedade brasileira, bem como na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Acreditamos que as informações contidas nesta publicação contribuirão para o processo de amadurecimento e desenvolvimento da sociedade brasileira, de maneira que esta venha a exercer o seu pleno direito de cidadania participativa, na qualidade de uma sociedade fiscalizadora dos poderes constituídos, para que venhamos a desfrutar um futuro melhor, com maior dignidade e justiça social para todos os brasileiros.

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* traz ao público leitor sua contribuição inarredável, imprimindo, assim, a história do Brasil nos bastidores do Poder Legislativo, vindo a preencher uma lacuna, visando a manter a sociedade informada das ações técnicas operacionais praticadas pelo sistema bicameral do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo este o poder guardião e garantidor do Estado Democrático de Direito, legitimado pela representação parlamentar, a autêntica expressão de poder de um povo e de uma forte e soberana nação.

Com dinamismo profissional, idealismo e perseverança, desenvolvemos um trabalho difícil e árduo, em que contamos com a importante proteção de DEUS e a colaboração de parlamentares, parceiros profissionais e patrocinadores, sendo recompensados pelo magnífico resultado alcançado.

Boa leitura a todos e até a próxima edição. Um grande abraço!

Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA
Editor do *Jornal Notícias do Congresso Nacional*
Jornalista Responsável (DRT nº 36.203/SP)
Membro da Associação Brasileira de Jornalistas (ABJ nº 1.076)
Escritor, Autor da obra acadêmica *Os Meandros do Congresso Nacional*
Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras
Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB
E-mail: presidente@idelb.org.br / Site: www.idelb.org.br

NESTA EDIÇÃO:



Rei Salman bin Abdulaziz Al-Saud
Reino da Arábia Saudita

A Arábia Saudita e os Estados Unidos da América fortalecem suas relações bilaterais



Príncipe Alwaleed Bin Talal Bin Abdulaziz Al-Saud
Presidente da Kingdom Holding Company

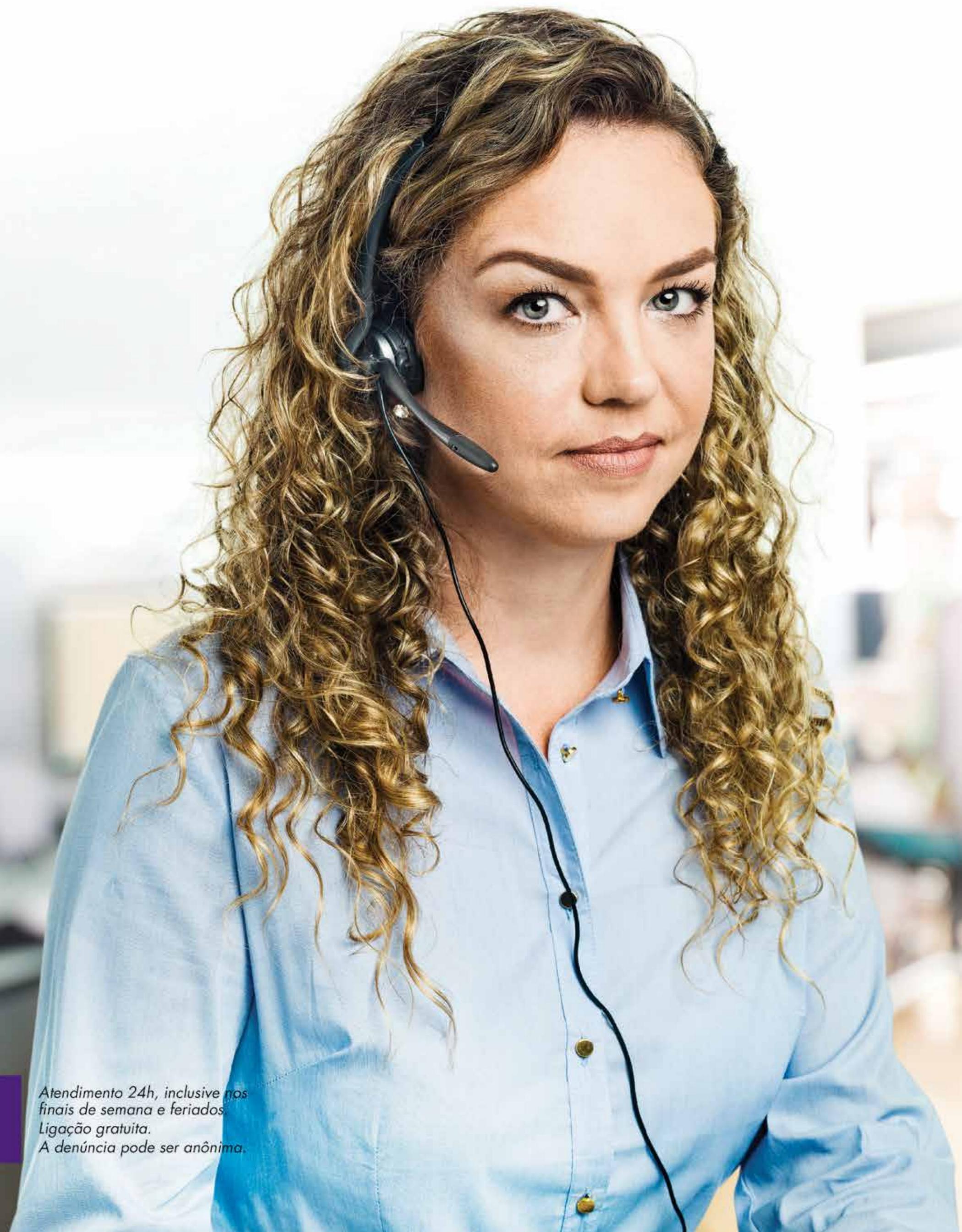
O Príncipe Alwaleed Bin Talal Bin Abdulaziz Al-Saud promete doar US\$ 32 bilhões de sua fortuna pessoal para financiar ações filantrópicas globais



Embaixador Hisham Bin Sultan Bin Zafir Alqahtani
Embaixada do Reino da Arábia Saudita em Brasília

O Reino da Arábia Saudita amplia suas relações bilaterais com o Brasil, fortalecendo a cooperação em matéria de petróleo, minerais, agricultura, saúde e educação

#Ligue180



Atendimento 24h, inclusive nos
finais de semana e feriados.
Ligação gratuita.
A denúncia pode ser anônima.



Mais de quatro milhões de mulheres que sofreram violência ligaram.

*Você não está sozinha.
Ligue para a gente.*

O primeiro passo para acabar com a violência contra a mulher é ligar 180. Nossas atendentes vão ouvir você e orientar sobre todos os tipos de violência, como **cárcere privado, violência física, humilhação, estupro e assédio sexual**.

A Central de Atendimento à Mulher é um espaço para denúncias, informações, encaminhamentos e orientações para todos. Parentes, amigos, vizinhos, qualquer pessoa pode ligar.

Denuncie. Ligue 180.

**A IMPRUDÊNCIA ACABA COM A VIDA DE QUEM
ESTÁ NA ESTRADA E DE QUEM ESTÁ FORA DELA.**





LINK

A imprudência mata na estrada e fere para sempre famílias inteiras. Respeite o limite de velocidade e só ultrapasse com segurança. Está em suas mãos fazer um trânsito mais seguro para todos.

Dirija com responsabilidade. Seja você a mudança no trânsito. Colocar vidas em risco não é acidente. É crime.



Ministério dos Transportes



O Projeto São Francisco está



JÁ TEM ÁGUA AVANÇANDO SERTÃO ADETRÔ

Mais de 80% das obras concluídas. Estações de bombeamento funcionando e enchendo reservatórios.



FAMÍLIAS VIVENDO NAS VILAS PRODUTIVAS RURAIS

18 vilas com casas, água, saneamento, energia elétrica, escola e posto de saúde.



acontecendo e transformando vidas.

REVITALIZANDO O RIO SÃO FRANCISCO DAS NASCENTES À FOZ

754 projetos de saneamento, controle de erosão e recuperação de nascentes e matas ciliares. Repovoamento do rio com peixes nativos.



BIODIVERSIDADE DA CAATINGA SENDO RECUPERADA

Mais de 100 mil animais resgatados e devolvidos à natureza. Distribuição de sementes de plantas nativas para reflorestar a caatinga.



Para dúvidas e sugestões
ligue ouvidoria: 0800 61 0021

Ministério da
Integração Nacional

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



O PODER LEGISLATIVO É O SUSTENTÁCULO PLENO DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA, PILARES FUNDAMENTAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.

EXPEDIENTE

ANO V – Nº 18 – Outubro / Novembro / Dezembro – 2015

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é uma publicação trimestral do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB. Todos os direitos são reservados.

Nossa missão está pautada na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Editor e jornalista responsável: Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA (DRT nº 36.203/SP)

Colaboração especial: Aliádne Damázio

Colaboração jurídica: Dr. Luis Alexandre Oliveira Castelo

Projeto gráfico e diagramação: Fábio Manfrinato

Imagem e ilustrações: Antonio Carlos Souza

Revisão: Sílvia Bovino

Distribuição e circulação: Nacional

PODER EXECUTIVO: Presidência da República, Vice-Presidência da República, Ministérios, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais.

PODER LEGISLATIVO: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

PODER JUDICIÁRIO: Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal de Contas da União.

REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS: Embaixadas e Consulados Estrangeiros no Brasil.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS COM REPRESENTAÇÃO NO BRASIL: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Organização dos Estados Americanos – OEA, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial – BIRD e Fundo Monetário Internacional – FMI.

ENTIDADES DE CLASSE: Confederação Nacional da Indústria – CNI, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA, Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo – SINICESP, Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FECOMERCIO-SP, Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB, Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo – SIMPI, União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA, Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-SP, Ordem dos Parlamentares do Brasil – OPB e Agência Nacional de Petróleo – ANP – Setores de Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis e Energias Renováveis.

EMPRESAS ESTATAIS: Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal – CEF, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS, Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, Banco Central do Brasil – BACEN, Empresa Brasileira de Comunicação S/A – EBC e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM.

PÚBLICO-ALVO: Autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Empresários; Estudantes e Professores; Representantes de Entidades de Classes e Corpo Diplomático.

Tiragem: 30 mil exemplares.

Endereço: Avenida Mário Lopes Leão, 1.500 – 12º andar – Conjunto 1.201 – Condomínio NovAmérica Office Park – CEP 04754-010 – Santo Amaro – São Paulo – SP – Brasil.

E-mail: idelb@idelb.org.br – **Site:** www.idelb.org.br – **ISSN:** 2358-5374.

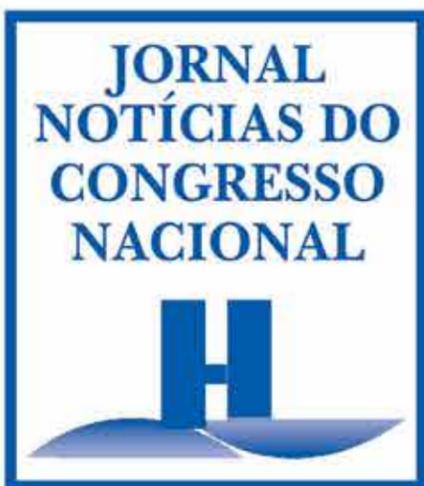
* Não são de responsabilidade do *Jornal Notícias do Congresso Nacional* os conteúdos que constam nas notas e nos artigos assinados. Não há responsabilidade sobre qualquer conteúdo publicitário anunciado nesta edição.

* Toda informação de caráter estatístico de todas as áreas, assuntos e temas assinados por este editor tem como base de pesquisa as fontes oficiais governamentais e privadas, bem como organismos internacionais.



Nós confiamos em Deus





Nós confiamos em Deus

Acesse a versão completa do Jornal Notícias do Congresso Nacional no tablet e no celular.

VERSÃO DIGITAL

Baixe o aplicativo por meio da Apple Store ou do Google Play e visualize um conteúdo consistente sobre aspectos políticos, sociais, econômicos e sustentáveis.



www.idelb.org.br



BAIXE GRATUITAMENTE O APLICATIVO DO JORNAL NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL PARA IPAD E ANDROID.



Rei Salman bin Abdulaziz Al-Saud

لَا إِلَهَ إِلَّا اللَّهُ
مُحَمَّدٌ رَسُولُ اللَّهِ



Reino da Arábia Saudita

A ARÁBIA SAUDITA E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA FORTALECEM SUAS RELAÇÕES BILATERAIS

O Rei Salman bin Abdulaziz Al-Saud, da Arábia Saudita, visitou os Estados Unidos pela primeira vez desde que chegou ao trono, em janeiro deste ano. Sua visita a Washington foi a primeira visita oficial na qualidade de chefe de Estado. Para alguns, esse fato por si só sugeriu que as relações bilaterais Arábia Saudita-Estados Unidos se recuperaram após a vinda de uma tremenda pressão na sequência da Primavera Árabe.

O Rei Salman bin Abdulaziz Al-Saud reuniu-se com o Presidente dos EUA, Barack Obama, na Casa Branca, em 4 de setembro de 2015, com altos membros de sua delegação, participando de uma conferência, durante dois dias, no evento "US-Saudi Trade", que gerou oportunidades de comércio e investimento. O filho do Rei, o Príncipe Mohammed bin Salman, que é o príncipe herdeiro e Vice-Ministro da Defesa, acompanhou a delegação e falou sobre investimentos e oportunidades de negócios no reino saudita. Enquanto se devem esperar ambos os lados para destacar os interesses mútuos que têm sustentado essa relação especial durante sete décadas, o comunicado conjunto divulgado pela Casa Branca após a reunião sugeriu que os líderes dos dois países não evitassem as questões mais espinhosas, incluindo o acordo nuclear com o Irã, a carnificina contínua na Síria, a luta contra o Estado Islâmico (EI) e a guerra no Iêmen. E, embora tenha sido sempre um amplo acordo entre os dois países sobre essas questões, a divergência sobre as especificidades não foi insignificante. A visita parece ter sido uma tentativa de fechar essa lacuna.

O momento da visita do Rei Salman bin Abdulaziz Al-Saud teve presentes alguns observadores. Alguns sugeriram que era uma última tentativa de sabotar o acordo com o Irã, chegando poucos dias antes da votação do Congresso Americano. Alguns até sugeriram que os sauditas tentaram influenciar o voto por prender Khobar, o mentor do bombardeio de 1996 em Beirute, depois de ter estado em fuga havia quase vinte anos. Tanto as autoridades sauditas quanto as norte-americanas têm mantido, por muito tempo, que o ataque, que matou 19 soldados dos EUA, foi o trabalho do grupo xiita militante do Hezbollah Al-Hijaz, com o apoio de libaneses do grupo e integrantes do governo iraniano. Entretanto, os comentários dos funcionários sauditas sobre o acordo, ao longo das últimas semanas, sugeriram que eles tinham vindo a termo com a realidade de que os opositores do acordo tinham uma colina íngreme para escalar.

Após a reunião na Casa Branca entre o Rei Salman bin Abdulaziz Al-Saud e o Presidente Barack Obama, o Ministro das Relações

Exteriores da Arábia Saudita, Adel bin Ahmed Al-Jubeir, disse que os sauditas estavam satisfeitos depois de o Presidente Obama ter assegurado para o Rei Salman que o acordo garantiu que o Irã não venha a adquirir uma arma nuclear, estabelecendo um regime de inspeção robusta e permitindo sanções duras para o Irã caso venha a violar suas obrigações no acordo.

Enquanto na Arábia Saudita continuam as críticas sobre o acordo, o governo dos EUA tem feito um bom trabalho de vender o negócio ao Irã e ao mundo árabe. Não só ele tem sido persistente, mas colocou o ônus sobre os críticos do acordo para fornecer uma alternativa viável. Os sauditas, como grande parte do mundo árabe, entendem que o acordo atual concluído é uma alternativa; porém, seria preferível não ter nenhum.

No entanto, os sauditas têm repetidamente deixado claro que eles também estão preocupados com a intromissão do Irã no mundo árabe, especialmente no Iraque, Líbano e Iêmen. Eles também disseram que o apoio contínuo do Irã ao presidente sírio, Bashar al-Assad, é inaceitável. Para dissipar essas preocupações, a administração Obama estabeleceu uma nova parceria estratégica no Golfo com o Conselho de Cooperação dos EUA – "US-Gulf Cooperation", seguindo o que foi discutido com a cúpula em Camp David: que aumentaria a entrega de sistemas de armas avançadas de segurança e de cooperação militar.

Antes do lançamento da campanha militar liderada pela Arábia Saudita no Iêmen, a Síria dominou os ciclos de notícias sauditas. A Arábia Saudita tem investido enorme capital político tentando derrubar Assad do poder. Os sauditas não só condenam sua campanha de guerra implacável, mas também têm argumentado que a brutalidade de seu regime é o principal motivo de que o Estado Islâmico tem sido bem-sucedido em recrutar milhares de combatentes estrangeiros.

Ao longo dos últimos meses, a posição da administração dos EUA sobre o futuro de Assad tem sido um tanto ambígua. No entanto, a declaração conjunta feita em 4 de setembro de 2015 é a de que "qualquer transição política significativa teria de incluir a saída de Bashar al-Assad, que perdeu a legitimidade para liderar a Síria".

O progresso da campanha militar saudita no Iêmen teve também lugar proeminente nas discussões. O governo dos EUA tem repetidamente manifestado seu apoio à campanha e à

coalizão com o apoio logístico vital. Por sua parte, os sauditas e seus aliados fizeram um grande avanço quando forçaram os rebeldes houthi, a retirar-se de Áden, no Iêmen. No entanto, um ataque com mísseis contra um depósito de armas em Marib, que matou 10 soldados da Arábia Saudita, 45 dos Emirados Árabes Unidos e cinco do Bahrein, em 5 de setembro, poderia levar a uma escalada no conflito.

Com o grupo terrorista Al-Qaeda na Península Arábica buscando expandir sua presença em Hadramawt e regiões do sul do Iêmen, alguns observadores estão começando a falar sobre um esforço de construção de nação que os sauditas e Emirados podem ter que fazer para preencher a segurança e vácuo político que emerge nas áreas das quais os houthis foram expulsos. No entanto, se os Estados Unidos entendem que qualquer papel em tal esforço é discutível. Os relatórios sugerem que os sauditas assegurem seu exército e que os americanos ajam para aliviar o sofrimento humanitário no Iêmen.

Apesar desse amplo acordo entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita, o Iêmen marcou uma partida dura para a política externa da Arábia Saudita, em grande medida uma reação à percepção de que os Estados Unidos se têm desvinculado da região. Enquanto os sauditas estão preocupados com a violência e a influência iraniana no Líbano, no Iraque e na Síria, o Iêmen é a linha vermelha proverbial da Arábia Saudita.

Os sauditas vêm adotando uma política externa assertiva é que alguns de seus funcionários e analistas têm aconselhado há algum tempo. Não há dúvida de que a campanha no Iêmen se destina a enviar uma mensagem para adversários da Arábia Saudita / especialmente o Irã –, que também é uma mensagem para seu aliado de longo prazo. Ela deixa claro que, enquanto a Arábia Saudita valoriza sua estreita relação com os Estados Unidos, a realidade do Oriente Médio requer um ressentimento de assertividade. Os sauditas disseram que farão o que for preciso para proteger seus interesses.

As declarações feitas nas reuniões mostram que a administração Obama parece se ter ajustado a essa nova postura saudita. Isso mostra uma nova fixação de parâmetros nas relações bilaterais Arábia Saudita-Estados Unidos que aumenta as expectativas de fomentar seus interesses. Essa relação especial há mais de sete décadas perdurará.



O Rei Salman bin Abdulaziz Al-Saud, da Arábia Saudita, com o Presidente dos EUA, Barack Obama, em reunião na Casa Branca, em Washington, DC.



O Rei Salman bin Abdulaziz Al-Saud, da Arábia Saudita, cumprimenta o Presidente dos EUA, Barack Obama.



O Presidente dos EUA, Barack Obama, e o Rei Salman bin Abdulaziz Al-Saud, da Arábia Saudita.



O Presidente dos EUA, Barack Obama cumprimenta autoridades sauditas, observado pela primeira-dama Michelle Obama, e pelo Rei Salman bin Abdulaziz Al-Saud, da Arábia Saudita, na Casa de Saud.



O Presidente dos EUA, Barack Obama, e o Rei Salman bin Abdulaziz Al-Saud, da Arábia Saudita, fortalecem as relações bilaterais EUA-Arábia Saudita.



Príncipe Alwaleed Bin Talal Bin Abdulaziz Al-Saud

Presidente da Kingdom Holding Company

O PRÍNCIPE ALWALEED BIN TALAL BIN ABDULAZIZ AL-SAUD PROMETE DOAR US\$ 32 BILHÕES DE SUA FORTUNA PESSOAL PARA FINANCIAR AÇÕES FILANTRÓPICAS GLOBAIS

UM INVESTIDOR VISIONÁRIO QUE AGREGA VALORES SOCIAIS FAZENDO O BEM PARA A HUMANIDADE



Príncipe Alwaleed Bin Talal Bin Abdulaziz Al-Saud, nascido em Riade, em 7 de março de 1955, é um empresário e bilionário saudita, membro da Casa Real. O Príncipe Alwaleed é neto de Abdul Aziz Al Saud, fundador da moderna Arábia Saudita, e do ex-Primeiro-Ministro libanês Riad el-Solh. É ainda sobrinho do Rei Fahd.

O Príncipe Alwaleed Bin Talal Bin Abdulaziz Al-Saud fez seus estudos superiores nos Estados Unidos e, em 1979 obteve bacharelado em Ciência em nível de Administração Financeira. Seis anos depois tornou-se mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Syracuse, situada no Estado de Nova York, nos Estados Unidos.

Depois ter concluído seus estudos, regressou à Arábia Saudita e começou a investir nos setores da construção e de propriedades. Seus investimentos deram resultado, e ele começou a multiplicar a fortuna, tendo, então, formado, em Riade, a Kingdom Holding Company. O príncipe foi ainda o responsável pela introdução no mundo árabe das comunicações sem fio e um dos pioneiros no comércio eletrônico proporcionado pela internet na região.

Ele, expandiu seu negócio para além do mundo árabe e tornou-se acionista importante em empresas internacionais, entre estas a AOL, Time Warner, a Apple Inc., a Pepsi, a Kodak, a Euro Disney, a Motorola, o Citibank e a Planet Hollywood.

Em julho de 1997, resolveu investir na Palestina na área da construção, principalmente na Faixa de Gaza. Na mesma época ajudou a fundar a Companhia de Desenvolvimento e Investimento de Jerusalém para ajudar a fomentar a presença palestina na região por meio de projetos de habitação e acolhimento. Desenvolveu vários projetos beneficentes na Arábia Saudita e recebe semanalmente pessoas necessitadas para, depois, as poder ajudá-las.

Filantropo por excelência, o Príncipe Alwaleed Bin Talal Bin Abdulaziz Al-Saud pretende doar toda a sua fortuna para causas filantrópicas ao longo dos próximos anos. Em um comunicado em seu *site*, Al-Saud afirma que busca construir um mundo com maior tolerância, maior aceitação, maior igualdade e mais oportunidade para todos.

“Todo mundo passa por certas situações de mudança de vida que têm um grande efeito sobre suas futuras decisões. Eu tive a oportunidade de testemunhar as condições desafiadoras de muitas comunidades em todo o mundo encontrando-me com aqueles que estavam sofrendo e passando por grandes necessidades”, relata o Príncipe Alwaleed Bin Talal Bin Abdulaziz Al-Saud.

“No início de minha vida, eu tive um sonho que eu sempre esperava realizar. Tenho pensado sobre isso na maioria dos meus dias e partilhado com alguns dos meus amigos mais próximos e familiares por mais de um quarto de século. Eu

queria acordar um dia para ver um mundo de tolerância, de aceitação, de igualdade e de oportunidade para todos”, diz o Príncipe Alwaleed Bin Talal Bin Abdulaziz Al-Saud.

“A fim de tornar esse sonho realidade, eu queria contribuir para a erradicação da pobreza e da fome e para apoiar o desenvolvimento, a saúde e a educação nas comunidades mais necessitadas. Eu queria incentivar o empreendedorismo social para alcançar, a longo prazo, a mudança sustentável tanto local como globalmente. Eu queria aliviar o sofrimento da escassez econômica”, continua.

“Baseado na minha dedicação e paixão pelo trabalho filantrópico nos últimos trinta e cinco anos, agora eu prometo doar toda a minha riqueza à minha fundação, a Alwaleed Philanthropies, que trabalha nos principais campos da compreensão intercultural e no apoio às comunidades carentes, por meio da promoção da saúde, da erradicação de doenças, do fornecimento de energia elétrica a aldeias remotas, da construção de orfanatos e de escolas, entre outras ações sociais, bem como proporcionar alívio de desastres, capacitar s mulheres, e jovens e reduzir a pobreza. Essa doação será atribuída de acordo com um plano bem elaborado ao longo dos próximos anos. Ela será baseada em uma estratégia que é supervisionada e gerida por um conselho de curadores encabeçado por mim para garantir que ele será usado após minha morte para projetos e iniciativas humanitários”, afirma o Príncipe.



A Sheikha Mozah, o Príncipe Alwaleed e a Princesa Ameerah durante jantar de caridade no Qatar.



O Príncipe Alwaleed com srta. Abir Kaki, sra. Nada Al Sugair e o Dr. Sheikh Ali Al Nashwan durante a reunião do Conselho de Administração da Fundação Alwaleed Bin Talal.

“Desde que a maioria da minha riqueza foi obtida a partir deste país abençoado, eu fiz dar de volta à Arábia Saudita minha prioridade número um, após o que nossos esforços filantrópicos se estenderão aos países ao redor do mundo, de acordo com os regulamentos que regem as atividades caritativas.

Vocês podem, com toda a razão, perguntar por que eu estou fazendo isso. Minha resposta é que todo mundo passa por certas situações de mudança de vida que têm um grande efeito sobre suas decisões cruciais futuras. Eu tive a oportunidade de testemunhar, as condições desafiadoras de muitas comunidades em todo o globo, encontrando-me mas aqueles que estavam sofrendo e em grande necessidade. Também aprendi sobre obstáculos esmagadores por meio de reuniões com os líderes dos países e das comunidades ao redor do mundo.

Além disso, minha fundação Alwaleed Philanthropie, tem colaborado com outras organizações filantrópicas, ONGs, governos e organizações sem fins lucrativos ao longo de décadas. Nosso trabalho é de grande alcance, proporcionando assistência humanitária para aliviar a pobreza e a fome; apoiando o desenvolvimento, a saúde e a educação, e incentivando, em longo prazo, uma mudança sustentável para a construção de um mundo melhor.

Dados as condições do mundo atual em um contexto econômico e social, os efeitos devastadores da guerra e os desastres naturais em todo o mundo, são necessários mais esforços colaborativos de todos os indivíduos capazes de unificar sua posição empenho em aliviar a pobreza nas comunidades mais necessitadas e em fazer avançar e construir a sociedade delas.

Estou fazendo este anúncio, nesta data (1º/07/2015), como uma ilustração das bênçãos de Deus Todo-Poderoso, seguindo suas palavras na Santa Qura’an: ‘Mas diga das mercês do vosso Senhor’(AlDhoha). A meu ver, o tempo chegou para eu compartilhar tudo o que tenho para apoiar as comunidades por meio de minha fundação, Alwaleed Philanthropies, que visa iniciar e apoiar projetos em todo o mundo, independentemente de religião, raça ou sexo. Por trinta e cinco anos, a Alwaleed Philanthropies tem desenvolvido e sustentado projetos em mais de 92 países. Colaboramos com uma vasta gama de organizações filantrópicas, governamentais e educacionais para combater a pobreza, fortalecer as mulheres e os jovens, desenvolver comunidades, proporcionar alívio de desastres e nutrir a compreensão cultural por meio da educação. Juntos, podemos construir pontes para um mundo mais compassivo, tolerante e melhor. A nossa é uma crença na Humanidade sem fronteiras e um compromisso para com toda a Humanidade.

O Príncipe Alwaleed Bin Talal Bin Abdulaziz Al-Saud vem fazendo filantropia há mais de trinta e cinco anos, tendo doado US\$ 35 bilhões, até agora, por meio de sua fundação, a Alwaleed Philanthropies. Uma das principais fundações filantrópicas do mundo árabe, a Fundação Alwaleed Philanthropies atende milhões de pessoas em todo o mundo. O Príncipe Alwaleed Bin Talal formou um Conselho de Administração para supervisionar as ações da entidade, que vai concentrar esforços em encontrar soluções impactantes para algumas das questões humanitárias mais prementes do nosso tempo, sem distinção de sexo, raça ou filiação religiosa.

“A filantropia é uma responsabilidade pessoal, em que eu embarquei há mais de três décadas, e uma parte intrínseca da minha fé islâmica. Com essa promessa, estou honrando meu compromisso, ao longo da vida com o que mais importa e ajudando a construir um mundo mais pacífico, justo e sustentável para as gerações vindouras”, diz o Príncipe Alwaleed Bin Talal.

A Fundação Alwaleed Philanthropies, que tem apoiado milhares de projetos em mais de 92 países em todo o mundo, vai continuar a parceria com uma série de organizações filantrópicas, governamentais e educacionais para apoiar programas de impacto. A Fundação Alwaleed Philanthropies acredita que as respostas para muitas das questões globais mais prementes de hoje estão nas mãos dos jovens. Eles são os líderes de amanhã.

A Fundação Alwaleed Philanthropies firmou parceria com uma vasta gama de instituições globais, incluindo a Fundação Bill & Melinda Gates, o Centro Carter e a Faculdade de Medicina de Weill Cornell, para reforçar os cuidados com a saúde e com o controle de epidemias. Nessa ocasião, o Sr. Bill Gates, copresidente da Fundação Bill & Melinda Gates, comentou: “Generoso compromisso do Príncipe Alwaleed, que promete estender significativamente o grande trabalho de sua fundação que já vem sendo realizado. Seu dom é uma inspiração para todos nós que trabalhamos com filantropia em todo o mundo”.

Construir pontes entre culturas e civilizações é uma das principais áreas de foco da Fundação Alwaleed Philanthropies. Seu trabalho dá suporte a seis centros existentes nas mais importantes universidades internacionais (Georgetown, Harvard, Edimburgo, Cambridge, Universidade Americana de Beirute e Universidade Americana do Cairo), bem como ao Salão islâmico no Louvre, em Paris, na França

A paixão do Príncipe Alwaleed Bin Talal Bin Abdulaziz Al-Saud pelo trabalho humanitário tem papel vital na criação, na missão e na visão da Fundação Alwaleed Philanthropies. O amplo espectro de projetos filantrópicos globais assumidos pela Fundação Alwaleed Philanthropies distingue-se pela sua dedicação à “construção de pontes para um mundo melhor” – sem fronteiras - e, independentemente de sexo, de raça ou de religião.



Príncipe Alwaleed preside conferência de imprensa na presença de seus filhos, Príncipe Khaled Bin Alwaleed e Princesa Reem Bint Alwaleed.



Príncipe Alwaleed Bin Talal Bin Abdulaziz Al-Saud



Embaixador Hisham Bin Sultan Bin Zafir Alqahtani

Embaixada do Reino da Arábia Saudita em Brasília

O REINO DA ARÁBIA SAUDITA AMPLIA SUAS RELAÇÕES BILATERAIS COM O BRASIL, FORTALECENDO A COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE PETRÓLEO, MINERAIS, AGRICULTURA, SAÚDE E EDUCAÇÃO



Embaixador Hisham Bin Sultan Bin Zafir Alqahtani, da embaixada do Reino da Arábia Saudita no Brasil, vem trabalhando incansavelmente para ampliar cada vez mais as promissoras e frutíferas relações bilaterais da Arábia Saudita com o Brasil.

COMISSÃO MISTA BRASIL-ARÁBIA SAUDITA REÚNE-SE APÓS 34 ANOS E DECIDE AMPLIAR PAUTA COMERCIAL

A II Reunião da Comissão Mista Brasil-Arábia Saudita foi realizada em 14 de abril de 2015, no Palácio Itamaraty, em Brasília/DF. A delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Sérgio Danese, Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil. A delegação do Reino da Arábia Saudita foi chefiada pelo Dr. Nizar Obaid Madani, Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros e Vice Chanceler. Representantes governamentais de Ministérios envolvidos de ambos os países participaram dos trabalhos finais da Reunião da Comissão Mista. Ambas as delegações recordaram, com satisfação, o encontro do mecanismo bilateral ocorrido em 2 de maio de 1979 (correspondendo a 2-6 de Jammad al Thani 1399), em Jedá, na Arábia Saudita. Na ocasião, foram debatidos temas bilaterais, entre estes cooperação nas áreas da educação, da energia, dos esportes, da agricultura e do turismo.

A Arábia Saudita é o principal parceiro comercial do Brasil no mundo árabe. O comércio bilateral, que alcançou a marca de US\$ 5,8 bilhões em 2014, teve aumento de mais de 200% entre 2004 e 2013.

O encontro da Comissão Mista Brasil-Arábia Saudita teve como um dos temas a criação de um "conselho empresarial dos dois países". As comissões mistas servem para discutir temas da relação bilateral que interessam aos governos e ao setor privado. O conselho empresarial é formado por empresários, além de lideranças setoriais e entidades, e trabalha para fomentar o comércio e os investimentos entre países e regiões.

O Brasil importa do país árabe principalmente petróleo e seus derivados. Já os sauditas compram do mercado brasileiro principalmente carnes de frango e bovina, açúcar e cereais. Neste momento, a Arábia Saudita mantém um embargo à carne bovina brasileira, mas o frango tem grande peso na pauta e representou metade das importações sauditas do Brasil em 2014.

DURANTE A PRESENTE SESSÃO DA COMISSÃO, OS SEGUINTE TEMAS FORAM DEBATIDOS:

EDUCAÇÃO

Ambas as delegações se comprometeram a aprofundar as relações bilaterais na área da educação e a discutir modos de intensificar a cooperação em ciência e pesquisa científica. Membros da delegação saudita realizaram visita ao Ministério de da Educação, e, com base nas discussões mantidas, ambas as delegações recomendam o que segue: promover a mobilidade de agentes oficiais do campo da educação, membros de universidades e estudantes de ensino superior, bem como intercambiar informações sobre bolsas de estudo entre os dois países em áreas de interesse mútuo, facilitar procedimentos para participação de instituições educacionais e universidades em conferências, *workshops* e exposições científicas organizadas nos dois países. No que se refere a este último item, a delegação saudita comprometeu-se em fornecer oportunidades universidades brasileiras de excelência de participar da Conferência e Exposição Internacional sobre Educação Superior (leche), que ocorre anualmente em Riade.

AGRICULTURA

As duas partes enfatizaram a importância de implementar a cooperação entre os dois países no setor da agricultura. A respeito disso, ambas as delegações recomendam o seguinte: promover cooperação técnica entre o Centro de Cavalos Árabes Rei Abdulaziz em Dirab e autoridades brasileiras responsáveis pelo registro de cavalos árabes, bem como conhecer o mecanismo de registro e facilitação de exportação e importação entre os dois países; compartilhar da experiência

brasileira em agricultura e desenvolvimento sustentável; estudar a possibilidade de exportar excedente de lenha vegetal e carvão brasileiros para a Arábia Saudita; intercambiar informação e experiência entre Centro Nacional de Agricultura e Recursos Animais de Riade e laboratórios de referência no Brasil; estudar a possibilidade de organizar cursos de treinamento para especialistas do Ministério de Agricultura saudita; visitar reservas naturais e conhecer técnicas para a preservação de espécies raras, em particular plantas, bem como compartilhar da experiência brasileira em áreas de conservação.

MINERAIS

Representantes de ambas as delegações mantiveram encontros no Ministério de Minas e Energia brasileiro para discutir possibilidades de cooperação no setor da mineração e intercambiar informações sobre legislação relativa a esse setor em ambos os países. Durante esses encontros, a delegação saudita forneceu informação ao Ministério brasileiro sobre o Sistema de Investimento em Mineração saudita, publicações do Ministério de Petróleo e Recursos Minerais do Reino, bem como o relatório anual da Companhia de Mineração saudita (Maaden).

MEIO AMBIENTE

Ambas as delegações reafirmaram seu comprometimento em fortalecer a cooperação bilateral na promoção do desenvolvimento sustentável, sobretudo nas áreas de gerenciamento de áreas protegidas, políticas de conservação ambiental, conservação sustentável de biodiversidade, estratégias efetivas de combate aos ilícitos ambientais, desertificação e gestão dos recursos hídricos. Para tanto, concordaram em promover o intercâmbio de experiências nas seguintes áreas prioritárias: pesquisa em conservação da biodiversidade; Capacitação e intercâmbio entre os centros de treinamento, especializados em gestão de áreas protegidas existentes nos dois países. A delegação brasileira manifestou interesse em estabelecer intercâmbio de experiência nos campos de prevenção e controle de espécies invasoras, bem como no campo de dessalinização.



O Ministro das Relações Exteriores, o Embaixador Mauro Vieira, e o Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros e Vice-Chanceler do Reino da Arábia Saudita, o Dr. Nizar bin Obaid Madani, participam de cerimônia de assinatura de atos bilaterais.



Segundo encontro da Comissão Mista Brasil–Arábia Saudita, com a presença do Embaixador Sérgio Danese, Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil, e do Dr Nizar Obaid Madani, Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros e Vice-Chanceler do Reino da Arábia Saudita.

ALIMENTOS E MEDICAMENTOS

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) manifestou a satisfação em receber a comitiva do Sr. Abdurrahman AlGurairi, Diretor do Saudi Food and Drug Authority (SFDA), para visitas a estabelecimentos produtores de carne bovina brasileiros durante o período de 6 a 10 de abril. A oportunidade é importante para aumentar o conhecimento de autoridades sauditas sobre o setor produtivo e serviços oficiais brasileiros. O Brasil orgulha-se de ter realizado a primeira exportação de carne de aves de sua história para a Arábia Saudita e por manter o comércio deste e de vários produtos agropecuários com esse importante parceiro. O Mapa aguarda a definição de datas para elaborar o roteiro da Missão do SFDA, com vistas à reabertura do mercado saudita para a carne bovina brasileira. Ambas as partes recomendam Inter-cambiar informação sobre sistemas e regulamentos relacionados a alimentos e medicamentos (“food and drugs”) entre as autoridades competentes dos dois países. O lado brasileiro recebeu um projeto de requisitos sanitários para a exportação de carne bovina brasileira para a Arábia Saudita. Ambas as partes concordaram em acelerar o processo de levantamento de sanções temporárias contra as exportações de carne bovina brasileira para o Reino.

TURISMO E ANTIGUIDADES

Ambas as partes enfatizaram a importância de implementar a cooperação entre os órgãos responsáveis por turismo e patrimônio histórico e cultural dos dois países. Sobre isso, recomendam o seguinte: organizar viagens de reconhecimento ao Brasil relacionadas a ecoturismo, agriturismo e turismo de aventura. Fornecer às autoridades sauditas normas e regulamentos a respeito de licenças para hotéis, resorts, parques temáticos, bem como e regulamentação de segurança; fornecer informação a respeito de Carna-

val e de outras operações; fornecer informação relativa à participação de pequenas e médias empresas no setor do turismo e ecoturismo; explorar a possibilidade de colaborar em pesquisas arqueológicas e gerenciamento de museus.

COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUTOS DIPLOMÁTICOS

Em reunião à parte da Comissão Mista, ambas as delegações assinaram o Programa de Cooperação entre o Instituto de Estudos Diplomáticos saudita e o Instituto Rio Branco. Foi um passo importante para fortalecer os laços entre as academias diplomáticas dos dois países, gerando efeitos multiplicadores para o estabelecimento de outros canais de cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino da Arábia Saudita e o Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

COOPERAÇÃO ESPORTIVA

Em reunião à parte da Comissão Mista, ambas as delegações compartilharam do entendimento de que o esporte é importante aliado na promoção da paz, do diálogo e do desenvolvimento social, bem como na luta contra o racismo. Para reforçar tais objetivos, ambas as delegações assinaram o Acordo de Cooperação na Área de Esportes entre o Ministério do Esporte brasileiro e sua contraparte saudita, o Ministério do Bem-Estar da Juventude.

ACORDO DE SERVIÇOS AÉREOS

Ambas as delegações compartilharam do entendimento de que é importante a cooperação no quadro de desenvolvimento de organização dos serviços aéreos entre os dois países. Por isso, em reunião à parte da Comissão Mista, a Autoridade Geral da Aviação Civil saudita (Gaca) e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) assinaram o Acordo de Serviços Aéreos.

CERTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS COMERCIAIS

A delegação brasileira expressou o interesse em discutir certificação eletrônica e legalização de documentos de exportação com a autoridade saudita competente.

COOPERAÇÃO ADUANEIRA

A delegação brasileira manifestou o interesse em estabelecer negociações com o governo da Arábia Saudita com o objetivo de examinar a possibilidade de assinar acordo de cooperação na área aduaneira.

CÚPULAS INTERNACIONAIS

Ambas as delegações reiteraram a visão de seu governo de que a Cúpula América do Sul-Países Árabes (Aspa), que completa 10 anos em maio próximo, constitui plataforma importante de diálogo e cooperação entre os países das duas regiões. O Brasil agradece a oferta saudita de sediar a IV Cúpula da Aspa, em novembro de 2015, e comprometem-se atuar para contribuir para o sucesso diplomático do evento, a exemplo das edições prévias deste.

A Comissão Mista expressou apreciação pelo papel de todos os participantes em fortalecer e desenvolver a cooperação entre os dois países. Os dois lados concordaram em realizar a próxima reunião da Comissão Mista em Riade, em data a ser acordada por canais diplomáticos.

O acordo foi assinado em Brasília/DF, em 14 de abril de 2015, correspondendo a 25/6/1436 Hijri. Pelo governo da República Federativa do Brasil, assinou o Embaixador Sérgio França Danese, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores. Pelo governo do Reino da Arábia Saudita, assinou o Dr. Nizar Obaid Madani, Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros e Vice-Chanceler.



Segundo encontro da Comissão Mista Brasil–Arábia Saudita



Dr. Josué dos Santos Ferreira

Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

ARÁBIA SAUDITA: UMA VISÃO PROGRESSISTA NO ORIENTE MÉDIO

A Arábia Saudita é a maior economia do Oriente Médio e o principal produtor de petróleo. Também vem sendo movida pela adrenalina. Após anos de burocracia e resistência ao investimento estrangeiro, em 2000 deu-se início a uma mudança, com a criação da Saudi Arabian General Investment Authority (Sagía), desenvolvida para promover um ambiente regulador amigável ao capital externo.

A iniciativa “10 x 10” da Sagía propõe transformar, até 2015, a Arábia Saudita em um dos países mais competitivos do mundo, eliminando as barreiras ao investimento estrangeiro e aproveitando as vantagens do país no campo energético e como centro estratégico de transporte entre o Oriente e o Ocidente. A Arábia Saudita subiu quinze colocações em um ano (passou do 38º para o 23º lugar) na edição de 2008 do relatório *Doing Business*, do Banco Mundial, que classifica os países conforme a eficiência regulatória. Em 2007, a Sagía anunciou a construção de seis “cidades econômicas”, nas quais vigorarão regulamentações mais flexíveis. A primeira dessas iniciativas, a King Abdullah City, exigiu investimento inicial de cerca de US\$ 30 bilhões. A cidade inclui zona industrial com fábricas processadoras de aço e alumínio, porto marítimo, distrito comercial central, polo turístico, zona de educação e áreas residenciais. A estimativa é a de que a empreitada crie cerca de 500 mil empregos.

Apesar de tudo isso, a região continua alvo de estereótipos e de interpretações equivocadas. O que parece desconcertante para alguns, na realidade, é o resultado de diversos paradoxos inatos que regem, no Oriente Médio, a mente das pessoas que tomam as decisões.

Quem faz negócios no Oriente Médio logo identifica uma peculiaridade regional. Primeiro, existe um longo período de incubação – que pode durar anos – durante o qual se fala sobre os rumos possíveis. No entanto, uma vez tomada a decisão, o desenvolvimento ocorre a uma velocidade assombrosa.

Em 1998, teve início na Arábia Saudita a desregulamentação total do setor de telecomunicações, que operava como monopólio governamental. O desejo de atuar com maior eficiência e o interesse em integrar a Organização Mundial do Comércio levaram o país a permitir a concorrência no setor.

A Saudi Telecom vendeu 30% das ações em uma oferta pública avaliada em cerca de US\$ 4 bilhões. O mercado respondeu com ofertas no valor total de US\$ 9,6 bilhões.

Em 2004, o governo saudita habilitou novos fornecedores do serviço de telecomunicações.

Desde a desregulamentação, a Saudi Telecom melhorou drasticamente seu nível de operação e manteve sua participação no mercado. Embora tenham começado lentamente, os sauditas desregulamentaram o setor bem mais rápido do que os norte-americanos, levando apenas quatro ou cinco anos, e não algumas décadas. O fato demonstra a ânsia do país em se equiparar aos demais. Outros setores, entre os quais os de energia, água e seguros, se preparam para a desregulamentação, enquanto o governo cria um conjunto de autoridades reguladoras. Os líderes regionais sabem que um processo de “tentativa e erro” seria difícil e prejudicial e querem garantir uma transição sem sobressaltos.

O desejo de se modernizar também se manifesta em um processo de tomada de decisões criativo e ousado. Superando sua aversão natural ao risco, alguns líderes governamentais tiveram a coragem de estimular mudanças imediatas e mandar sinais disso ao setor privado e à sociedade em geral.

Esses oásis econômicos exigem infraestrutura de transporte, água e eletricidade, itens essenciais para o desenvolvimento da classe média. O Egito segue um caminho similar e tenta transformar seu ambiente de negócios. Os esforços feitos por sua General Authority for Investment and Free Zones (Gafi) receberam destaque do Banco Mundial, que definiu o Egito como “grande reformador”.

O setor privado respondeu de forma espetacular, com iniciativas como Palm Islands e outros projetos em Abu Dabi e em Dubai. Audácia similar pode ser identificada no setor público.

Nos Emirados Árabes, foi criado o Abu Dhabi Systems and Information Committee (ADSIC), para garantir a entrega de serviços públicos de nível mundial por parte do governo. O ADSIC criou um programa estratégico de *e-government*, que reúne mais de cem iniciativas (regulatórias, educativas, de infraestrutura e de otimização dos serviços estatais, entre outras).

A necessidade de medidas ousadas para transformar radicalmente os sistemas de educação é maior nos países com menos recursos e maior oferta de mão de obra.

A Jordânia, que não tem petróleo, orgulha-se de dizer que sua população constitui o principal ativo do país e cria políticas com esse objetivo. Em 2003, o projeto de “reforma educacional para a economia do conhecimento” reuniu 17 organizações jordanianas e muitas outras internacionais, além de 11 entidades governamentais e não governamentais, interessadas em programar um modelo de parceria público-privada.

Empresas de tecnologia das comunicações e da informação, tanto locais como globais, propuseram-se a desenvolver, de forma conjunta, as capacidades de alta tecnologia, enquanto outros participantes se incumbiram dos projetos de *e-learning*. Em 2010, todo o sistema de educação pública jordaniano foi conectado por uma rede de banda larga de alta velocidade.

No Qatar, as autoridades priorizaram a criação de um sistema educacional avançado baseado na tecnologia. O Supreme Education Council (SEC) desempenha papel central no desenvolvimento e na implementação de uma importante reforma educacional, e existe um compromisso governamental com a ICT, organismo incumbido de propulsionar a democratização da tecnologia da informação e das comunicações, para ampliar o capital intelectual e superar a escassez de mão de obra qualificada. O SEC e o ICT QATAR esperam que todas as escolas do país tenham acesso à tecnologia por volta de 2015.

A Arábia Saudita está erguendo a King Abdullah University of Science and Technology, regida por um conselho independente e aberta a mulheres e homens de todo o planeta, com um sistema de admissão baseado no mérito. A universidade tem quatro áreas de pesquisas interdisciplinares: recursos, energia e meio ambiente; biociências e bioengenharia; engenharia e ciência dos materiais; e matemática aplicada e ciência da computação.

Nesses países, existe uma tensão constante entre modernizar segundo os parâmetros tradicionais e “ocidentalizar-se”. Os líderes regionais reconhecem a importância da implementação da banda larga de telefonia, mas têm dificuldades para compatibilizar a informação ilimitada dos meios digitais com as prioridades da cultura local.

Os mercados orgulham-se da herança árabe e da tradição islâmica, mas querem avanços. Por exemplo, seu sistema bancário será orientado pela *sharia* (conjunto de leis baseado nos escritos e princípios muçulmanos), que proíbe a cobrança e o pagamento de juros e entende de outra maneira a distribuição dos ganhos.



Masjid al-Haram, mesquita em Meca, na Arábia Saudita.

Em busca de uma alternativa ao sistema ocidental e de uma forma que não prejudique os seguidores da religião, os bancos islâmicos tornaram-se mais progressistas, com a introdução de derivativos, fundos de *hedge* e finanças estruturadas, tudo de acordo com a *sharia*.

Não há dúvida de que existe um novo tipo de “banco islâmico”. Em vez de cobrar juros sobre os empréstimos a empresas, os grandes bancos do mundo muçulmano assumem determinada porcentagem dos ganhos dessas organizações e se comprometem com seu sucesso. Essa abordagem das finanças está bem mais baseada na cooperação, na igualdade e no desenvolvimento econômico do que o sistema capitalista convencional. O Ocidente poderia aprender muito com eles.

Os planos de negócios estáticos não têm espaço no atual mercado globalizado. No Oriente Médio, a tendência é fazer projeções para ciclos de cinco anos, mas sem considerar esses planos definitivos. Por isso, o foco e a flexibilidade andam de mãos dadas. Por ser em geral mais curto e mais centralizado, o processo de tomada de decisões é mais fluído do que nos mercados europeu e norte-americano.

Os cidadãos não aprovariam se os líderes investissem mal os ganhos decorrentes do petróleo, e um planejamento focado, porém flexível, permite testar e avaliar as decisões. Os governos que estimulam a abertura das economias ao investimento estrangeiro desenvolvem zonas econômicas especiais para atrair o capital dentro dos limites desses ambientes controlados.

Em vez de tentarem uma transformação geral, Egito, Jordânia, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Bahrein fazem “testes” com oásis econômicos menores, que permitem uma ação audaz com riscos estimados.

Embora os incentivos oferecidos pelas zonas econômicas variem, todas elas tentam atrair investimentos por meio da redução de impostos e de um ambiente regulador favorável. Esse é o caminho escolhido pelas dez cidades econômicas programadas pela Arábia Saudita.

Outras zonas econômicas, entre elas a Dubai Internet City e a Dubai International Financial Centre, pretendem reunir atividades ao redor de um tema central. O projeto de Abu Dabi de estabelecer uma área para grandes empresas de mídia já conta com a adesão da Warner. O Oriente Médio é excelente lugar para esse tipo de zona. Com uma localização estratégica entre a Eurásia e a África, durante séculos atraiu estrangeiros em busca de riquezas.

Enquanto os líderes da região encaram com profunda determinação o crescimento econômico, alguns estrangeiros mal informados sugerem a aplicação de iniciativas bem-sucedidas em ambientes muito diferentes. Os líderes ouvem as sugestões porque querem aprender com a experiência dos outros, mas continuam decididos a adotar soluções que funcionem melhor no contexto de seu país.

A democracia é um assunto que as lideranças regionais preferem abordar de forma gradual e indireta. Ainda que, para um olhar

externo, o Oriente Médio pareça bem longe de uma democracia ao estilo ocidental, é fato que já existe progresso sistemático.

Entre 1952 e 1974, o Líbano, o Egito, o Marrocos e a Jordânia adotaram o sistema de voto universal. Em outros lugares, começam a surgir reformas graduais, entre estas as eleições municipais na Arábia Saudita, que tiveram a presença de candidatas do sexo feminino. Hoje, mais de 30 mulheres ocupam cargos ministeriais na região.

O Oriente Médio está abrindo suas fronteiras e seus postos de decisão nas empresas a talentos diversos, sem poupar esforços para garantir a retenção desses quadros, enquanto desenvolve talentos próprios. No mundo dos negócios, o isolamento de um “clube privê” vem dando lugar a uma “meritocracia” competitiva.

As características demográficas dos Emirados Árabes Unidos são peculiares. A maioria dos habitantes não nasceu no país, o que cria uma mistura única de nacionalidades, culturas e origens. Os ambientes cosmopolita e econômico estão atraindo profissionais talentosos dos Estados Unidos e da Europa, fenômeno impensável até poucos anos.

O conflito de ser “único, porém diverso”, também chega ao capital. Os líderes sempre agiram de forma bastante protecionista, pois temiam perder o controle estratégico de suas economias. Agora, com a intenção de atrair investimento externo, vários países começaram a permitir, em certas áreas, a aquisição de propriedade por estrangeiros como incentivo para aumentar o número de moradores.



Extração de petróleo na Arábia Saudita

Visão noturna da região central de Riade, capital da Arábia Saudita





O Sr. Sulaiman Alabdulkareem Alaqueel, Encarregado de Negócios da Embaixada do Reino da Arábia Saudita no Brasil, e o Dr. Josué dos Santos Ferreira, Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB.





O Dr. Josué dos Santos Ferreira, Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB; o Sr. Sulaiman Alabdulkareem Alaqueel, Encarregado de Negócios da Embaixada do Reino da Arábia Saudita no Brasil; e outras autoridades sauditas. Eles conversaram sobre futuras ações políticas e diplomáticas no Oriente Médio.





Embaixador Flavio Marega

Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita

A IMPORTÂNCIA DO FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E ARÁBIA SAUDITA

I. Arábia Saudita: país de crescente importância regional e global

O Oriente Médio e a sub-região do Golfo passam, na atualidade, por momentos complexos e desafiantes, inclusive conflitos bélicos, que naturalmente têm impacto sobre a Arábia Saudita. Se, na década passada, a maior ameaça para esse país vinha dos grupos terroristas que atuavam em solo saudita, em 2015 pode-se afirmar que fatores externos constituem o principal risco para sua segurança e estabilidade, especialmente após as transformações sem precedentes ocorridas em diversos países do Oriente Médio, com o advento da “Primavera Árabe”. As ameaças externas decorrem, ainda, dos reflexos de intervenções ocorridas na região, contrárias ao Direito Internacional, entre as quais, a invasão do Iraque pelos Estados Unidos da América e seus aliados, em 2003, que contribuíram para convulsionar ainda mais a situação. Como resultado, observou-se o alastramento exponencial, no entorno do Golfo, de grupos extremistas fundamentalistas, fenômeno em pleno desenvolvimento na atualidade. Com sofisticada organização financeira e tecnológica, esses grupos são capazes de atrair simpatizantes de todas as partes do mundo com um discurso marcadamente ideológico, cometendo crimes abomináveis e espalhando terror sem compaixão, até mesmo contra as próprias comunidades islâmicas. Adicionalmente, com a perda relativa da influência do Egito e da Síria na região, instaurou-se um novo equilíbrio de poder, com a acensão da Arábia Saudita como líder árabe no Oriente Médio. De fato, a posição da Arábia Saudita, em matéria de política externa, evoluiu de uma postura tradicional de não envolvimento direto, sempre com ações e articulações discretas, para a posição atual de negociadora e formadora de consensos em âmbito regional, exercendo liderança em processos e questões que dominam a agenda política de todo o Oriente Médio.

No plano interno, o governo do recém-falecido Rei Abdullah bin Abdulaziz Al-Saud (2005-2015) foi marcado por uma bonança financeira e um desenvolvimento econômico sem precedentes na Arábia Saudita. Durante esse período, o país logrou combinar estabilidade interna com a busca constante pela diversificação de uma economia ainda altamente dependente das receitas do petró-

leo. Em 2005, a Arábia Saudita completou o processo de acesso à Organização Mundial do Comércio (OMC), uma meta nacional perseguida havia pelo menos dez anos, traçando o horizonte para a formação de uma economia moderna e articulada no plano internacional. As reformas conduzidas a partir de então também garantiram, alguns anos mais tarde, a presença no G-20 da Arábia Saudita, o único país árabe no grupo de maiores economias do mundo. Ao ascender ao trono, em agosto de 2005, o Rei Abdullah herdou uma economia com PIB de US\$ 315 bilhões, população de 23,5 milhões de habitantes e renda *per capita* de US\$ 13,5 mil. Dez anos mais tarde, quando faleceu, o ex-monarca deixou o país com PIB de estimados US\$ 770 bilhões – mais do que o dobro do início de seu reinado – população de 30 milhões de habitantes e renda *per capita* três vezes maior, que alcança, atualmente, a casa dos US\$ 54,9 mil. O intercâmbio comercial com o mundo saltou de US\$ 234 bilhões, com um superávit de US\$ 126 bilhões, em 2005, para o patamar de US\$ 525 bilhões e um superávit de US\$ 200 bilhões em 2014. Como consequência de uma sucessão ininterrupta de superávits (mesmo no ano atípico de 2009, na esteira da crise econômico-financeira mundial), as reservas internacionais sauditas passaram de US\$ 195 bilhões em 2005 para US\$ 749 bilhões ao fim de 2014. Ademais, a política econômica da Arábia Saudita na última década logrou manter a inflação sob controle, a taxas anuais entre 3% e 5%, à exceção de 2008, quando os preços escalaram 9,9%. O setor de serviços cresceu consideravelmente, variando entre 5% e 9% ao ano, mas a agricultura se reduziu, reflexo da política governamental de eliminar os subsídios para algumas culturas, entre as quais a do trigo, do milho e do sorgo, priorizando o uso da água, um recurso evidentemente escasso no país, para projetos estratégicos. Ao mesmo tempo, o governo da Arábia Saudita compreendeu que o combate às altas taxas de desemprego nacional só poderia ser vencido a partir de um longo e firme esforço de qualificação da mão de obra local, voltado principalmente para a educação técnica e científica.

II. Evolução das relações bilaterais - 45 anos

Em 2013, Arábia Saudita e o Brasil completaram 45 anos de relações diplomáticas, que foram estabelecidas em 1968. A abertura das respectivas Embaixadas, em Jeddá e em Brasília / DF, ocorreu em 1973. Em 1986, a Embaixada do Brasil

foi transferida para Riade, capital da Arábia Saudita, localizada na região central do Najd, berço da Família Real dos Al-Saud, que governa o país desde sua fundação, pelo Rei Abdulaziz Ibn Saud, em 1932. No transcorrer desse período, as relações diplomáticas entre os dois países mantiveram-se sempre estáveis e em bom nível, caracterizando-se por momentos de maior aproximação ou distanciamento relativos, decorrentes de fatores internos e externos que afetaram a ambos.

Nos primeiros quarenta anos das relações diplomáticas, os acordos governamentais celebrados entre o Brasil e a Arábia Saudita representaram pequena evolução nas relações bilaterais. Foram assinados apenas quatro instrumentos jurídicos nesse período: (i) o Acordo de Cooperação Econômica e Técnica, em 1975; (ii) o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, em 1981; (iii) o Protocolo sobre Cooperação Industrial-Militar, em 1984 e (iv) o Acordo entre Delegações Técnicas Negociadoras do Brasil e da Arábia Saudita, em 2000. O Acordo de Cooperação Econômica e Técnica previa a criação de uma Comissão Mista e grupos de trabalho, com a realização de reuniões anuais. No entanto, ocorreu uma única reunião da Comissão Mista (I Comista), entre os dias 28 de abril e 2 de maio de 1979, em Jeddá, tendo sido a delegação brasileira chefiada pelo então Ministro Marcos Castrioto de Azambuja, do Ministério das Relações Exteriores. Assim, muito embora os três acordos acima mencionados tenham criado as bases iniciais para o desenvolvimento de ações bilaterais na primeira década após o estabelecimento de relações diplomáticas, englobando, sobretudo, áreas relacionadas às principais atividades econômicas dos dois países, as relações no plano interestatal não prosperaram. Os dois acordos e o protocolo acima referidos nunca foram realmente implementados e tampouco contribuíram para aproximar os dois países.

A atual etapa de maior aproximação nas relações bilaterais entre o Brasil e a Arábia Saudita poderia ser demarcada a partir da visita ao país, em 2000, do então Príncipe herdeiro e recém-falecido Rei Abdullah bin Abdulaziz Al-Saud, que inaugurou a fase de contatos diretos de alto nível.



Riade, capital da Arábia Saudita

Com a visita do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Arábia Saudita, realizada em 16 e 17 de maio de 2009, a primeira de um Presidente brasileiro, as relações bilaterais alçaram um novo patamar, sem que, entretanto, nos anos subsequentes fosse dado o devido seguimento ao programa de trabalho bilateral estabelecido durante aquela importante visita.

II.1 Visita presidencial – acordos bilaterais

Durante a visita presidencial, em 2009, foram assinados dois acordos bilaterais na esfera governamental:

- Acordo Geral de Cooperação Brasil-Arábia Saudita (aprova-do pelo Decreto nº. 7.491, de 2 de junho de 2011);
- Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino da Arábia Saudita, (entrada em vigência na data de assinatura, 16 de maio de 2009, e publicado no Diário Oficial da União em 2 de junho do mesmo ano).

Desde a visita do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as visitas ministeriais brasileiras ocorreram, em média, a cada dois anos. O ex-Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Miguel João Jorge Filho visitou Riade, em 3 e 4 dezembro de 2010, seguido do também ex-Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel Damata, em 14 e 15 fevereiro de 2012. O ex-Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, visitou Riade, em 9 de novembro de 2014, para tratar principalmente do embargo saudita às importações de carne bovina do Brasil. A Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Katia Regina de Abreu, realizou a última visita ministerial bilateral, entre 8 e 10 de novembro de 2015, quando finalmente foi assinado o Procolo Sanitário com a Saudi Food and Drug Authority (SFDA) para a reabertura do mercado de carne bovina brasileira na Arábia Saudita.

Completados 45 anos de relações diplomáticas, sempre estáveis e de bom nível, o desafio atual do Brasil, sob a nova gestão do Ministro Mauro Luiz Iecker Vieira, à frente do Ministério das Relações Exteriores, é trabalhar pela ampliação e pelo adensamento das relações bilaterais, identificando os temas mais importantes e as áreas de possível cooperação, sempre levando em conta os interesses nacionais. A realização da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Arábia Saudita, ocorrida em Brasília/DF, em 14 de abril de 2015, veio estabelecer um novo patamar na ampliação e no adensamento das relações bilaterais.

III. Agenda bilateral

III.1 Relações parlamentares

O ano de 2015 foi marcado por diversos eventos e iniciativas importantes, que em muito contribuíram para o estreitamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Arábia Saudita. Em primeiro lugar, caberia destacar a visita ao Brasil de delegação parlamentar do Conselho Consultivo da Arábia Saudita (Majlis Ash Shoura ou Shura Council). A delegação saudita foi integrada por nove parlamentares e assessores do Conselho Consultivo saudita. Em Brasília, nos dias 10 e 11 de março, cumpriu agenda oficial de reuniões com autoridades brasileiras. A comitiva visitante foi chefiada pelo engenheiro Mohammed Al-Nagadi, Vice-Presidente do Grupo de Amizade Arábia Saudita-Brasil no Conselho Consultivo.

Na manhã do dia 10 de março, os parlamentares sauditas foram recebidos em audiência, na Sala Rio de Janeiro do Palácio do Itamaraty, pelo Sr. Vice-Presidente da República, Michel Elias Temer Lulia, acompanhado pelo então Subsecretário-Geral de Política III, o Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, e pelo então Diretor do Departamento de Oriente Médio, Embaixador Carlos Ricardo Martins Ceglia, além de diplomatas que respondem pelo Oriente Médio no Itamaraty e da Assessoria Internacional da Vice-Presidência da República.

Na tarde do dia 11 de março, a delegação saudita foi homenageada em sessão especial da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Representaram a Casa Legislativa brasileira, na ocasião, os Deputados Federais Maria do Socorro Jô Moraes (Presidente da CREDN), Wadson Nathaniel Ribeiro (Presidente do Grupo de Amizade Brasil-Países Árabes) e Leonardo Lemos Barros Quintão. Após a reunião, que durou duas horas, a comitiva saudita teve oportunidade de visitar o plenário da Câmara dos Deputados (então em sessão conjunta com o Senado Federal para votação do orçamento) e de ser homenageada com citação nominal dos visitantes pelo Presidente da Mesa naquele momento, o Senador Romero Jucá Filho.

A visita dos representantes do Shura Council ao Brasil, naturalmente, abriu a possibilidade de parlamentares brasileiros realizarem uma visita à Arábia Saudita no futuro próximo, com base na reciprocidade. A propósito, outro importante passo no aprofundamento das relações bilaterais foi a criação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Arábia Saudita, no âmbito do Senado Federal, ocorrida em 6 de agosto de 2014. Na sequência da criação do Grupo Parlamentar de Amizade, o Senador Cristovam Buarque realizou visita a Riade, de 25 a 27 de setembro de 2014, a primeira de um Senador da República à Arábia Saudita. Na legislatura anterior, o Senador Cristovam Buarque ocupava a função de tesoureiro no referido Grupo Parlamentar de Amizade.

III.2 Reunião da II Comissão Mista Brasil-Arábia Saudita

De igual forma, a realização da II Reunião da Comissão Mista (II Comista), ocorrida em Brasília/DF, em 14 de abril de 2015, estabeleceu novos parâmetros de cooperação. A delegação do Brasil durante a II Comista foi chefiada pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, o Embaixador Sérgio França Danese,

enquanto o lado saudita atuou sob a chefia do Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, o Dr. Nizar bin Obaid Madani. A II Comista contou com a participação de grande delegação saudita e número significativo de órgãos governamentais brasileiros. Na semana anterior à realização da reunião plenária, ocorreram visitas temáticas programadas às áreas de Turismo e Antiguidades (parques e museus), Petróleo e Minerais (companhias mineradoras), Áreas Protegidas e Vida Selvagem (parques nacionais) e Alimentos e Medicamentos (fazendas, abatedouros e laboratórios). No dia 13 de abril, em Brasília, os membros das delegações lograram manter reuniões de trabalho com seus pares nos Ministérios das Cidades; do Meio Ambiente; da Saúde; de Minas e Energia; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Turismo e Esporte.

Cabe destaque, ainda, para a palestra que o Ministro Nizar Madani proferiu no Instituto Rio Branco (IRBr), no dia 13 de abril, sobre a política externa da Arábia Saudita, que contou com a presença do Diretor do IRBr, o Embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, e do Diretor do Instituto de Estudos Diplomáticos saudita, o Dr. Addulkareem Al-Dakheel, além de Embaixadores dos países árabes convidados e dos alunos do IRBr. A palestra abordou os eixos fundamentais da política externa da Arábia Saudita e os principais pontos de seu relacionamento com o Brasil.

Ainda no contexto da II Comista, o Ministro das Relações Exteriores, o Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira, recebeu em audiência o Ministro Nizar Madani, um gesto que representou sinal inequívoco quanto à disposição do Brasil de retomar o estreitamento das relações diplomáticas e o adensamento da cooperação bilateral com a Arábia Saudita. Em seguida, as duas delegações dirigiram-se à Sala dos Tratados, no Palácio Itamaraty, onde foram assinados o Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos, o Acordo de Cooperação entre o Ministério do Esporte e a Presidência-Geral do Bem-Estar da Juventude e do Esporte saudita e o Programa de Cooperação entre o Instituto Rio Branco e o Instituto de Estudos Diplomáticos saudita.

IV. Relações econômico-comerciais

O intercâmbio comercial Brasil-Arábia Saudita é o maior no Oriente Médio e Norte da África, tendo atingido US\$ 6.2 bilhões em 2012, US\$ 6 bilhões em 2013 e US\$ 5.8 bilhões em 2014. A Arábia Saudita é também o segundo maior fornecedor de petróleo ao Brasil, atrás apenas da Nigéria. As exportações do Brasil para a Arábia Saudita – anteriormente dominadas por produtos agrícolas, sobretudo carnes, minério de ferro, soja, café e açúcar – desde 2005 passaram a incluir produtos de alto valor agregado, capitaneados pela venda de aviões da Embraer às empresas Saudia Airlines e NAS. No tocante a investimentos, cabe destacar que é crescente o número de empresas sauditas que estão investindo no Brasil (11 grupos identificados até o momento), bem como o de empresas brasileiras presentes na Arábia Saudita (5 grupos, com destaque para Avibrás Indústria Aeroespacial, BRF Brasil e, mais recentemente, a Direcional Engenharia).

V. Agenda futura

V.1 Acordo sobre cooperação cultural

O Acordo sobre Cooperação Cultural já estava negociado e finalizado para assinatura durante a visita presidencial, em 2009, que não ocorreu devido ao fato de o texto não haver sido aprovado pela Casa Real saudita. Assim, o governo brasileiro continua a avaliar a ocasião oportuna para a assinatura desse instrumento, haja vista que tampouco foi possível ocorrer durante a II Comista. A divulgação cultural do Brasil e a cooperação nesse setor com a Arábia Saudita são inversamente proporcionais às expectativas e aos anseios generalizados dos sauditas por melhor conhecer nosso país. Com efeito, a imagem que o Brasil detém na Arábia Saudita é um exemplo concreto de “soft power” mal aproveitado, ou seja, existe uma visão extremamente positiva e receptiva do Brasil, apesar de escassa cooperação governamental nos setores cultural, esportivo, educacional etc. Inúmeras áreas poderiam ser exploradas para a divulgação da cultura brasileira: pintura, literatura infantil, fotografia, música, dança (capoeira), culinária, folclore etc. A título de exemplo, no contexto da Copa do Mundo no Brasil, o Ministério da Cultura e Informação saudita organizou programação cultural no Parque Ibirapuera, em São Paulo/SP, dos dias 4 a 11 de junho de 2014, intitulada “Dias Culturais Sauditas”. Na ocasião, houve a apresentação de danças folclóricas, artesanato, culinária, artes visuais, grafia árabe e outras formas de manifestação artística. A grande visitação pública aos “Dias Culturais Sauditas” é prova de que também do lado dos brasileiros existe notável interesse em se aproximar da cultura saudita.

V.2 Memorando de Entendimento

na Área de Educação Superior

A exemplo do Acordo sobre Cooperação Cultural, o governo brasileiro avalia a assinatura de um Memorando de Entendimento na Área de Educação Superior. O setor de educação na Arábia Saudita vem passando por um grande desenvolvimento, com ênfase na formação educacional dos sauditas. A exemplo do Programa Ciência sem Fronteiras, o governo saudita criou, em 2005, ambicioso programa de formação universitária, que recentemente foi estendido até 2020. O King Abdullah Foreign Scholarship Program (Kasp) tem por objetivo enviar jovens sauditas para estudar nas melhores universidades estrangeiras (em todos os níveis, graduação, mestrado e pós-graduação). As disciplinas e bolsas de estudos são selecionadas segundo as necessidades dos órgãos públicos, empresas e entidades do setor privado, para que os estudantes, ao retornarem ao país depois de concluídos os estudos, possam encontrar trabalho qualificado nas várias regiões, universidades e cidades industriais da Arábia Saudita. O programa dispõe de recursos da ordem de SR 9 bilhões (US\$ 1.782 bilhões) ao ano e atualmente financia os estudos de 125 mil estudantes no exterior,

principalmente, nos EUA (70 mil estudantes), no Reino Unido (40 mil), na Austrália, na Malásia, na Coreia do Sul, na Nova Zelândia e na Finlândia.

Outro exemplo dos avanços em matéria de educação superior na Arábia Saudita é a King Abdullah University of Science and Technology (Kaust), também conhecida como a Caltech do deserto. Em poucos anos, a Kaust transformou-se em um centro de excelência em pesquisa científico-tecnológica de ponta, recrutando alunos, professores e cientistas nas melhores universidades estrangeiras. Apesar de o Brasil ainda não dispor de um mecanismo de cooperação bilateral em matéria de educação superior, sem sombra de dúvidas trata-se de mais uma área que deveria ser mais bem aproveitada, de modo que se inicie um novo capítulo em matéria de cooperação científica e educacional entre os dois países.

V.3 Acordo de Cooperação Nuclear

O governo saudita encaminhou, recentemente, proposta da King Abdullah City for Atomic and Renewable Energy (K.A.Care) para a negociação de Acordo de Cooperação entre o Brasil e a Arábia Saudita no campo do uso pacífico de energia atômica. A K.A.Care é o órgão responsável pelo desenvolvimento de energias alternativas na Arábia Saudita. Tinha a intenção de enviar representantes para a reunião da II Comista, acima referida, mas por motivos de ordem logística, não pôde confirmar a participação. Portanto, a proposta de acordo em tela insere-se no âmbito das iniciativas, do lado saudita, para ampliar as relações bilaterais e a cooperação científico-tecnológica com o Brasil nesse importante campo.

V.4 Acordo para Evitar Dupla Tributação

A Câmara de Comércio Árabe-Brasileira transmitiu a preocupação generalizada das comunidades empresariais saudita e brasileira a respeito do peso que a bitributação representa nas atividades econômico-comerciais entre os dois países. Na Arábia Saudita, o Imposto de Renda para corporações é de 20%, e para empresas que investem nas cidades industriais há isenção de oito anos desse imposto, podendo receber ainda dois anos adicionais. Há também liberdade total para envio de divisas ao exterior. Assim, o governo brasileiro avalia internamente a disposição de iniciar entendimentos com vistas à futura negociação de um Acordo para Evitar Dupla Tributação com a Arábia Saudita.

V.5 Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos

A exemplo de um acordo para evitar bitributação, é tema recorrente nos meios governamentais e empresariais sauditas e brasileiros a necessidade de o Brasil firmar um acordo bilateral para promoção de investimentos. Com efeito, encontra-se também sob análise do governo brasileiro, no momento, propor ao governo saudita a negociação de um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, nos moldes dos instrumentos que já foram assinados pelo país com Moçambique, Angola, México, Maláui, Colômbia e Chile, objetivando, assim, ampliar as relações comerciais e de investimentos entre o Brasil e a Arábia Saudita.

V.6 Acordo sobre Cooperação em Defesa

A Arábia Saudita tornou-se o 3º maior importador de material de emprego militar (MEM) do mundo em 2014, conforme indica estudo elaborado pelo Setor de Promoção Comercial da Embaixada do Brasil em Riade sobre o setor de defesa daquele país. A única empresa brasileira de MEM a estar presente na Arábia Saudita é a Avibrás, há mais de trinta anos. A vinda da Missão do Exército Brasileiro, em novembro de 2014, abriu a possibilidade de ampliar a cooperação militar com os sauditas, para o benefício do Ministério da Defesa, do Exército brasileiro e das empresas brasileiras exportadoras de MEM, em particular à luz dos interesses do Brasil no desenvolvimento do Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa (Paed).

Na sequência da exitosa visita do Exército brasileiro acima referida, o Brasil apresentou proposta para a criação de um mecanismo institucional de cooperação militar entre o Brasil e a Arábia Saudita. Ao representar uma nova etapa na cooperação militar bilateral, em sentido mais amplo, a criação desse mecanismo certamente contribuirá para ampliar e aprofundar as relações entre os dois países, bem como para o desenvolvimento do Paed, mediante a aquisição de material de emprego militar nacional e transferência de tecnologia à Arábia Saudita, a exemplo do bem-sucedido caso do Sistema Astros nesse país.

VI– Conclusão

Como se pode depreender, a importância do fortalecimento das relações bilaterais Brasil-Arábia Saudita decorre, naturalmente, do papel que ambos os países desempenham nos âmbitos regional e global, assim como de décadas de relações diplomáticas, sempre estáveis e de bom nível, existentes entre os dois países. Durante a visita do Ministro Nizar Madani acima referida, a autoridade saudita declarou que, na visão de seu governo, não se poderia perder a janela de oportunidade que ora se vislumbra para abrir um nova página no relacionamento com o Brasil. Citou três aspectos de particular importância do nosso país para a Arábia Saudita: i) participação cada vez mais ativa do Brasil nos cenários regional e global; ii) posições similares em foros internacionais, com ênfase na reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, iii) múltiplos interesses e sinergias bilaterais a serem explorados. A recíproca é verdadeira, pois para o Brasil, também se aplicam à Arábia Saudita os pontos mencionados pelo Ministro Nizar Madani. Na realidade, existem hoje muitas janelas a serem abertas e inúmeras avenidas ainda a serem exploradas nas relações bilaterais, algumas das quais se procurou ilustrar no presente artigo. É com determinação, disposição e presença constante de representantes governamentais e privados, em ambos os países, que se logrará a ampliação e o adensamento das relações bilaterais Brasil-Arábia Saudita, um anseio mutuamente compartilhado pelos governos e povos dessas duas grandes nações.



Visão noturna da região central de Riade, capital da Arábia Saudita



Refinaria de petróleo na Árabia Saudita



EVOLUTIME
A EVOLUÇÃO É AGORA
Inglês & Informática

Dra. Marlene Rito Nicolau

Presidente do Grupo Launic

OS NOVOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Nos últimos cinquenta anos, o mundo sofreu drásticas mudanças na maneira como vivemos, como nos relacionamos e até como nos comunicamos, principalmente nos últimos vinte anos. Com o surgimento da internet, a velocidade aumentou. Se alguém dormisse em 1995 e acordasse hoje, não saberia como se relacionar com seus amigos, como trabalhar... Até uma simples pesquisa de um assunto seria difícil. O indivíduo ficaria atordoado com a velocidade das informações e com a maneira como ela ocorre.

Tenho a convicção que toda e qualquer mudança passa pela educação. Educação que deveria começar em casa e estender-se da creche até a universidade. Mas o que esperar se a própria família, responsável pelo início de tudo, também não teve acesso ao ensino básico ou a um ensino de qualidade?

Estudos apontam que os principais problemas do ensino no Brasil estão ligados à qualidade, à repetência e à evasão de alunos nos sistemas públicos. Não basta estar na escola. É preciso que os alunos estejam aprendendo.

Os "analfabetos funcionais", aqueles que conseguem ler, mas não compreendem o texto, correspondem a 38% dos acadêmicos do país.

O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê atingir 10% do PIB até 2024. Hoje é de 6,6%, segundo dados relativos 2013.

As principais metas do PNE para 2024 são:

- nas creches, matricular pelo menos metade das crianças de até 3 anos de idade;
- na pré-escola, colocar todas as crianças entre 4 e 5 anos na sala de aula;
- no ensino fundamental, matricular toda a população entre 6 e 14 anos e dar condições para que 95% concluam essa etapa na idade correta;
- no ensino médio, garantir a matrícula de pelo menos 85% dos alunos entre 15 e 17 anos;
- aumentar no ensino superior a taxa de matrícula em 50%;
- fazer com que todos os brasileiros entre 4 e 17 anos, com deficiência ou altas habilidades, tenham ter vaga assegurada na escola

e com que o ensino, em tempo integral, esteja disponível em pelo menos metade das escolas públicas nos próximos dez anos;

- elevar a qualidade do ensino, estabelecendo investimento mínimo que cada escola deve fazer; e
- valorizar o magistério.

A verdade é que estamos muito longe desses índices considerados ideais ou aceitáveis.

O Brasil é o 60º colocado entre os 76 países avaliados no *ranking* mundial de qualidade de educação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgado em maio 2015. Em 2012, na avaliação com 65 países, o Brasil ficou na 58ª posição. O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) é uma prova que ocorre a cada três anos para avaliar conhecimentos e habilidades, de adolescentes de 15 anos. Na última avaliação, os melhores alunos foram dos países asiáticos, e as últimas 15 posições foram dos países sul americanos.

A injeção de recursos financeiros é necessária, mas não é o suficiente para solução do grave problema do sistema educacional. É preciso haver uma profunda reforma do sistema de ensino.

As maiores reclamações dos professores são as questões salariais; as condições de trabalho; a falta de segurança, que reflete na saúde relacionada ao estresse e à depressão; a formação do docente; a falta de interesse por parte do estudante; alunos demais por sala de aula; e a estrutura física precária.

Um conjunto de ações deve ser tomado para melhorar a qualidade da educação conforme segue (Obs: Partindo-se do princípio que se tenha uma escola, muitas vezes aulas são dadas à sombra de uma árvore ou em locais totalmente improvisados e inadequados.)

- lembrar que a motivação dos professores está ligada a receber salários adequados, para que se estimulem e subam na carreira (meritocracia);
- proporcionar uma formação melhor para se tornar professor (ciência da educação);
- cursos constantes para atualização dos educadores;
- trabalhar com recursos tecnológicos, o que é essencial nos dias de hoje;
- gestão escolar, e estratégia com planejamento;

- acompanhamento do desenvolvimento de cada aluno em sala;
- reduzir o número de alunos por sala de aula;
- propiciar transporte escolar em condições, principalmente na zona rural;
- combater a corrupção e burocracia;
- estimular a participação da família na vida escolar dos filhos;
- oferecer merenda escolar de qualidade; e
- promover cuidados com a saúde do aluno (oftalmológica, dentária e física).

NOVOS TEMPOS

A tecnologia passa a exigir uma mudança no processo de ensino, tanto dos professores quanto dos alunos e dirigentes educacionais. A Informática na educação dá dinâmica nas aulas e enriquecimento. Os professores precisam saber utilizar com eficácia as novas tecnologias da comunicação e da informação: internet, Google, redes sociais e tecnologia móvel.

Deve haver melhoria nos métodos de ensino, pois os antes utilizados já não servem mais. O mundo está ágil, e a escola e os professores precisam acompanhá-lo. O sucesso de professores e alunos inseridos num mundo digital precisa ser garantido.

O professor hoje é um orientador. O aluno, na maioria das vezes, tem a informação, e o professor deve saber trabalhar com as ferramentas para melhor orientá-lo.

Em um país tão grande como o Brasil, e o cenário atual favorece a educação à distância (EAD), principalmente em relação ao custo: 50% menor do que os cursos presenciais. É a democratização do ensino, levando conhecimento para todo o Brasil. É o sistema educacional que mais cresce no mundo, e o Brasil segue a tendência.

São muitas as vantagens para quem estuda à distância: flexibilidade de tempo e local; organização dos seus estudos em horários compatíveis com sua rotina diária; e economia com o deslocamento.

As pessoas querem estudar, ter um diploma, uma melhor colocação no mercado de trabalho. Muitas não podiam frequentar um estabelecimento de ensino presencial. Hoje, elas têm oportunidade, com a evolução tecnológica.





Deputado Vicente Cândido da Silva (PT-SP)

Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados



UM NOVO CÓDIGO COMERCIAL PARA DESBUROCRATIZAR E SIMPLIFICAR AS RELAÇÕES COMERCIAIS

Uma lei que data do fim do século XIX merece, antes de tudo, um questionamento: com tantas mudanças no mundo, em todas as áreas, essa lei ainda contempla os atores envolvidos? Provavelmente não. Pelo menos é o que se observa no caso do Código Comercial Brasileiro, que foi promulgado por Dom Pedro II, em 1850, quando nem se cogitava a possibilidade da existência de um mercado globalizado, com empresas atuantes em diversos países, moedas e mercados que passam por constantes mudanças.

O Código que vigora hoje no Brasil é totalmente ultrapassado; não regula sequer o mercado de tecnologia da informação, tampouco as compras realizadas via internet, tão comum em nossos dias. Em qualquer parte do planeta se compra e se vende uma gama infinita de produtos, mas no Brasil não há legislação disponível que regule isso. Um novo Código Comercial é, portanto, necessário e urgente.

Em março de 2012, instituímos na Câmara dos Deputados uma Comissão Especial para debater o Projeto de Lei nº 1.572/11, de minha autoria, que trata da modernização das relações comerciais brasileiras. De lá para cá, a Comissão, instalada novamente na atual legislatura, tem promovido inúmeras audiências públicas, mesas-redondas e seminários, inclusive internacional, para debater o tema. Viajamos para várias capitais do Brasil e, na realização do seminário internacional, trouxemos especialistas da Europa e dos Estados Unidos.

Pelo que pudemos aferir viajando pelo mundo e trazendo o mundo até aqui, o Brasil está sendo um dos pioneiros na renovação do Código Comercial - assim como a Espanha, a Argentina, e outros -, além de se conectar a outros países que estão fazendo o mesmo neste momento.

Parlamentares de todos os partidos, juristas, empresários e entidades representativas do setor produtivo tem sido convi-

dos a dar suas contribuições, porque queremos aprovar uma lei que se aproxime ao máximo da real necessidade do nosso país, com o melhor resultado possível para a sociedade e para as relações comerciais. Uma legislação comercial adequada, desburocratizada e simplificada para baratear custos, e aumentar a segurança jurídica e o ambiente de negócios. Esses são os principais objetivos almejados. A discussão é extremamente relevante, tanto que, em sua Agenda Legislativa deste ano, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) elencou entre as prioridades para este ano, como importantes na atual discussão legislativa, o novo Código Comercial.

Parte do atual Código Comercial brasileiro foi transferido, em 2002, para o Código Civil, que não é um instrumento apropriado para regular as relações entre quem produz e quem vende. Atualmente, nosso Direito Empresarial tem como base jurídica, em sua maior parte, o Código Civil. Do antigo Código vigora hoje apenas a parte relativa ao Direito Comercial Marítimo - o que não significa que ele atenda bem esse tipo de mercado. O restante está espalhado em leis diversas. Com o novo Código Comercial, queremos modernizar e simplificar a vida das empresas. Não podemos mais ter ações esparsas, que não dialogam com a atualidade, que não se aplicam no mundo de hoje.

A aprovação de uma nova lei beneficiará, além dos empresários, todo o povo brasileiro, que ganhará um modo de regulamentar o mercado, tendo como consequência uma baixa nos custos da produção e nas despesas com a circulação de produtos ou serviços no território nacional. Os impasses burocráticos do atual Código Comercial acarretam impacto nos preços dos produtos que os brasileiros consomem. Com a diminuição da burocracia e o aumento da segurança jurídica dos contratos, haverá margem para os empresários baratarem os preços de seus produtos e serviços, ganhando maior competitividade. O novo Código Comercial visa, dessa forma, fortalecer o desenvolvimento do país, promovendo a redução dos custos dos produtos.

Várias são as regras que compõem o novo Código Comercial. Uma delas trata da modernização do caderno de direito das empresas. Uma medida que ajuda na fluidez das relações comerciais pode ser a instituição do armazenamento de documentação em meios eletrônicos, publicando balanços em *website*, por exemplo. Nesse caso, há desobrigação de armazenamento de papéis e de divulgação de informações em jornais impressos. Isso significaria uma economia tanto em tempo quanto em dinheiro para as empresas.

Outra novidade é a atualização dos Direitos Marítimo e Agrário, duas áreas extremamente relevantes economicamente para o Brasil. O setor agrário, atualmente, representa 10% do PIB do país. O marítimo faz escoar grande parte da produção brasileira. Mesmo assim, sofre com impasses devido à desatualização da lei vigente.

Sem dúvida, esse novo marco regulatório será, academicamente, um avanço para o Brasil; para os julgadores do Direito, uma necessidade; e, para o Legislativo, uma obra que entregaremos aos seus Presidentes, no final dos trabalhos da Comissão.

Principais diretrizes do novo Código Comercial

- Disciplina os contratos eletrônicos. Em todo o mundo, há mais de dez anos, a lei reconhece a validade e a eficácia dos contratos celebrados exclusivamente em meio eletrônico.
- Regulamenta o comércio eletrônico entre empresários. Ainda não existe lei sobre o assunto.
- Aumenta a segurança jurídica em relação à validade e à inalterabilidade dos contratos empresariais. Possibilita que os empresários façam melhor seus planejamentos.
- Protege o microempresário e o empresário de pequeno porte. Até agora, a lei só se preocupou em protegê-los na área fiscal.



Palácio do Congresso Nacional



Senador Roberto Requião de Mello e Silva (PMDB-PR)

Senado Federal

A LEI DO DIREITO DE RESPOSTA

Antes de estabelecer nos arts. 5º e seguintes os direitos e garantias fundamentais, a Constituição da República elenca como FUNDAMENTO do Estado Democrático de Direito a dignidade da pessoa humana, princípio que já advinha da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada pela Organização das Nações Unidas em 1948, cujo art. 1º reza: “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.

Da Torah á defluiu o conceito que eleva a natureza humana à “imagem e semelhança de Deus”, sendo, assim, o primeiro escrito histórico que declara o direito à dignidade da pessoa humana.

A dignidade, no ensino de Rizzatto Nunes, configura “um valor supremo, construído pela razão jurídica”. Nesse mesmo sentido, Kant define como imperativo categórico a LIBERDADE do homem, para cujo exercício ele necessita da conjunção de dois requisitos indispensáveis: o estabelecimento dos direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana.

Entende Kant que tais requisitos devem ser proporcionados pelo Estado, a quem cabe utilizar de suas atribuições potestativas para implementar medidas que deem eficácia àqueles direitos.

Desses dois princípios ressalta a ideia de que cabe ao Estado tanto a definição da dignidade e dos direitos fundamentais como a oferta dos meios capazes de concretizar na prática aqueles direitos.

Em nossa Constituição, a própria posição topográfica da dignidade e dos direitos fundamentais evidencia o entendimento do constituinte de que a dignidade constitui fundamento que se materializa nos direitos e garantias.

Tal hierarquia levou Cibele Kumagai e Taís Nader Marta¹ a concluir que “o princípio da dignidade da pessoa humana justifica, ou até mesmo exige, a restrição de outros bens constitucionalmente protegidos, ainda que representados em normas que contenham direitos fundamentais, de modo a servir como verdadeiro e seguro critério para solução de conflitos”.

A promoção da dignidade da pessoa humana pelo Estado exige uma atuação permanente das instituições, voltada à proteção de diversos direitos que se exercem ao mesmo tempo contra todos os cidadãos. Entre tais direitos, umbilicalmente ligado à dignidade, está a honra da pessoa.

Essa honra deve ser objeto de especial cuidado do Estado, uma vez que uma das formas mais violentas de atentado contra ela reside exatamente na divulgação de fatos ou juízos que lhe sejam ofensivos.

Foi, portanto, destinando-se a combater essa violência que a Constituição da República ofereceu ao ofendido a garantia do direito de resposta, na forma do inciso V do art. 5º: “V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”.

Do direito nascedouro do direito subjetivo à resposta

Nada mais óbvio, à luz do Texto Constitucional, que o direito à resposta nasça pela simples ocorrência do “agravo”, conceito que se traduz pela ocorrência de ofensa, injúria, afronta, dano sofrido ou prejuízo.

O Texto Constitucional não conduz a interpretações objetivas dos fatos nem restringe esse direito àquele que tenha razão ou que seja injustamente ofendido, mas permite, à luz da dignidade humana, que se confira o direito de resposta a quem simplesmente se sinta agravado ou ofendido.

Quando da mera ofensa, nasce o direito à resposta.

A Lei do Direito de Resposta nasceu, portanto, como uma forma de estabelecer procedimentos destinados a concretizar essa garantia constitucional.

Da forma de exercício do direito de resposta

Consoante a LDR, o ofendido deve, *a priori*, apresentar requerimento pessoal ao veículo de imprensa que tenha veiculado a notícia ofensiva, fazendo anexar o texto da resposta que pretende ser veiculada.

Caso o órgão de imprensa atenda ao requerimento, está exercido e, ao mesmo tempo, extinto o direito de resposta que lhe é conferido pelo ordenamento.

No entanto, frustrada a tentativa pela via amigável, ou atendida de forma insatisfatória, nasce a pretensão jurídica à ação judicial destinada ao exercício daquele direito.

As normas processuais especiais constantes da LDR permitirão uma rápida conclusão do processo, conferindo-se à sentença um nível de poder tal que apenas por decisão de colegiado de desembargadores poderão seus efeitos ser suspensos.

Essa é mais uma inovação da LDR, que atribui elevado nível de efetividade e caráter satisfativo quase que pleno à sentença de primeiro grau.

Da necessidade prática do direito de resposta

Desde a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil, na prática, vivia sem qualquer lei que propiciasse aos cidadãos o direito à resposta. Essa lacuna foi mais aprofundada ainda quando da decisão do STF que considerou incompatível a velha Lei de Imprensa com a novel Constituição.

O vácuo legislativo permitiu a veiculação de inúmeras injúrias sem fundamento, mas que provocaram gravíssimos danos aos ofendidos.

O exemplo clássico desse desmando da imprensa foi o caso da Escola de Educação Infantil Base, na zona sul de São Paulo/SP, cujos proprietários foram chamados de pedófilos, em 1994.

Não sem razão, o *site* PRAGMATISMO POLÍTICO expressou que, “Sem toga, sem corte e sem qualquer chance de defesa, a opinião pública e a maioria dos veículos de imprensa acusaram, julgaram e condenaram Icushiro Shimada, Maria Aparecida Shimada, Mauricio Alvarenga e Paula Milhim Alvarenga” por pedofilia.

Em razão das atrocidades perpetradas por agentes públicos em decorrência das notícias veiculadas, o então governador de São Paulo Mario Covas publicou, em 1999 um decreto que ordenou “o pagamento administrativo de indenização às vítimas do caso Escola Base, em virtude da responsabilidade civil do Estado por atos cometidos por seus agentes”.

O decreto traz como justificativa os princípios da dignidade humana e da inviolabilidade da honra e da imagem das pessoas.

Vários meios de comunicação foram punidos. Só a Rede Globo foi sentenciada, em 2012, a pagar 1,35 milhão de reais.

Icushiro Shimada morreu em abril de 2014 de um segundo ataque cardíaco (o primeiro ocorreu em 1994). Sua esposa, Maria Aparecida Shimada, também sócia da escola, faleceu em 2007. Ambos jamais receberam as indenizações a que têm direito em diversos processos judiciais que ainda hoje tramitam.

Diametralmente oposta foi a atitude da imprensa sueca, no caso do assassinato, em janeiro de 1986, do Primeiro Ministro sueco Olof Palme, que se tornou notório como conciliador de uma economia de mercado com um Estado social e forte opositor do apartheid e da Guerra do Vietnã.

Apesar de até hoje não se saber quem teria sido seu assassino, Christer Pettersson, um alcoólico e toxicod dependente, foi julgado e condenado, em primeira instância, à prisão perpétua. Em segunda instância, em 1999, foi absolvido por se verificar a falta de provas e pela ocorrência de erros no inquérito policial, tendo sido posto em liberdade.

Detalhe: somente a partir do julgamento a imprensa sueca divulgou o nome do acusado.

Conclusão

A Lei do Direito de Resposta não visa apenas atender ao supremo direito que tem um cidadão de oferecer o contraditório às ofensas que lhe são imputadas pela imprensa. Visa, também a dar uma oportunidade a essa mesma imprensa de exercer seu mister, com ética e com respeito à dignidade alheia evitando, com isso, ser ela própria condenada por práticas perniciosas de seus agentes.

Ela não traz qualquer prejuízo à imprensa séria, responsável, mas busca, evitar a judicialização de conflitos decorrentes da veiculação sem contraditório – conflitos esses que não ocorrem na imprensa sueca.

Está aí um bom exemplo a ser seguido.

1. http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7830.



Palácio do Congresso Nacional



Senador José Antônio Medeiros (PPS-MT)

Senado Federal



FEDERALISMO, EDUCAÇÃO E O ESTADO DE MATO GROSSO

No universo da democracia representativa, uma complexa rede de interesses nutre-se a partir das interações entre os entes federados e os agentes públicos que atuam nas três esferas de governo. Ocorre que, num regime de presidencialismo exacerbado como o nosso, é possível notar grandes distorções e até mesmo a subversão dos princípios e valores republicanos, pela hipertrofia do Poder Executivo federal. Hipertrofia que pode comprometer seriamente a autonomia e a governabilidade dos Estados e Municípios.

Hoje, governadores e prefeitos de todo o Brasil sentem as agruras desse fenômeno crescente entre nós. Tal descompasso tem levado algumas unidades da Federação à beira da falência. Os mandatários municipais e estaduais mostram-se justificadamente apreensivos com o crescente desequilíbrio que vem abalando suas contas, sobretudo com o advento das obrigações recentemente impostas, a ensejar o aumento de despesas sem novas fontes de financiamento, como, por exemplo, as que decorrem do piso nacional do magistério, para citar apenas um.

Analisemos, então, o federalismo a partir da área de educação. *A priori*, todos são de concordar que a questão requer um olhar amoroso por parte dos governantes. Aliás, devo lembrar que a Presidente da República, Dilma Rousseff, quando de sua posse para um novo mandato, afirmou que neste segundo termo teria o ousado desafio de transformar o Brasil em uma “Pátria Educadora”. Pois bem. Passado quase um ano do decantado discurso, creio já ter chegado a hora de se dar o necessário salto do plano da retórica, do jogo de palavras, para o efetivo plano das ações políticas.

É preciso que o governo federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), promova uma revolução nessa área.

Antes, porém, permito-me fazer um breve apanhado de tudo o que a Pasta representa para o país. A abrangência de atuação e a experiência acumulada pelo MEC desde sua criação, nos anos 1930, permitem à instituição conhecer as vicissitudes e carências de cada uma das regiões brasileiras, compilando as demandas e mapeando suas diferenças. Tamanho *know-how*, aliado ao qualificado corpo técnico, permite-nos acreditar que o Ministério é, realmente, capaz de detectar falhas, apontar cursos alternativos e conduzir o País a um novo estágio na qualificação de sua mão de obra.

Por outro lado, o recente acúmulo de más notícias, a institucionalização da abordagem meramente protocolar nas relações do Ministério perante os demais entes federados e outros atores da sociedade civil organizada e a preservação da excessiva atenção dedicada ao ensino superior, em detrimento dos demais níveis de formação, geram em nós temores de que esse novo momento ainda não tenha chegado. E, talvez, ainda esteja distante, lamentavelmente.

No campo dos últimos equívocos perceptíveis, podemos destacar as inacreditáveis idas e vindas de informações referentes ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que deixaram alunos e instituições de ensino atônitos e perdidos; os vazamentos de questões aplicadas na última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que minaram ainda mais a credibilidade desse instrumento; e o atraso de quatro meses no pagamento dos profissionais que atuam no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Aliás, o episódio envolvendo o programa merece especial atenção do Congresso Nacional. Ao suscitar-lo, não quero apenas me solidarizar com os milhares de professores submetidos a todo tipo de constrangimento em função do não recebimento dos seus salários, mas, principalmente, iniciar uma reflexão acerca da crônica desídia

para com a formação técnico-científica no Brasil, relegada a um perigoso plano secundário nas políticas mantidas pelo Ministério da Educação.

As demandas do mercado de trabalho são, constantemente, alteradas. Para que nossos jovens façam frente a esses novos desafios, precisamos rever, com a mesma celeridade, os métodos e conteúdos da sua formação. Para que isso possa ocorrer, é necessário investirmos, maciçamente, em uma nova estrutura de preparação técnica e profissionalizante. Portanto, essa vertente do ensino não poderá mais ser desprezada, como não podem ser descurados os primeiros anos da formação de todo estudante.

Vivemos em um país no qual 70% dos alunos que terminam o terceiro ano do ensino fundamental não têm domínio de noções elementares de escrita e de matemática. Apesar dessa e de outras evidências de que os níveis mais básicos da formação vêm sendo negligenciados, o MEC continua a alocar tempo, recursos humanos e montanhas de dinheiro no ensino superior.

Creio ser correto buscarmos possuir centros universitários de excelência, desde que contem com sistemas de avaliação eficientes, nos quais a meritocracia seja a viga mestra da construção acadêmica e social, porque tão importante quanto expandir a oferta de vagas nas faculdades é assegurar a qualidade do ensino e os benefícios que a boa formação pode trazer à nação. Sim, é preciso deixarmos de ser meros replicadores! Quero e desejo que o país passe a ser um desenvolvedor de tecnologias! Quero, enfim, que o Brasil produza conhecimento! Sei que, em larga extensão, são universidades modernas e eficientes que vão ajudar-nos nesses objetivos.

Também estou convicto de que é um equívoco construir uma sociedade em que uma pequena e brilhante elite intelectual fique separada da maior parte da população por um fosso cavado ao longo de anos de repetidos erros no nosso sistema educacional – e que pode ser aprofundado se o MEC não for mais proativo nem intensificar esforços nas primeiras etapas do processo educativo.

É fato que a educação infantil, o ensino fundamental e o básico são atribuições de Estados e Municípios. São esses os entes que devem formar os brasileiros, desde a mais tenra idade, preparando-os para o mercado de trabalho. Mas é desnecessário lembrar que o Brasil tem dimensões continentais e contrastes ainda maiores. Precisamos ressaltar o fundamental papel da União nesse processo. Antes de mais nada, por se tratar de um grande repassador de recursos, o Poder Central precisa aperfeiçoar seus mecanismos de controle e fiscalização. O dinheiro que chega à ponta precisa ser bem gasto, e a sociedade deve acompanhar isso.

Hoje, é simplesmente incalculável o montante de recursos públicos desperdiçado em convênios entre o Ministério e os entes federados. Estados e Municípios aplicam mal o dinheiro recebido, e isso se dá por uma miríade de razões. Corrupção, despreparo dos gestores, falta de políticas e diretrizes educacionais padronizadas efetivamente difundidas pelo país ou simples indolência são as variáveis que um controle e uma orientação mais efetivos por parte do MEC poderiam mitigar. Melhores instalações, professores qualificados e satisfeitos e alunos mais bem preparados seriam as consequências desse esforço.

A sociedade exige que se firme um pacto pela educação, pois sabe que não poderia haver momento mais adequado para isso. Por um lado, há menos de um ano, o Congresso Nacional determinou que, até 2024, o Brasil esteja gastando 10% do seu PIB com educação. Na outra ponta, a nova configuração demográfica brasileira faz com que as famílias diminuam de tamanho e com que nós tenhamos menos ingressantes no sistema público de educação. O saldo da equação que envolve mais

recursos e menos alunos precisa ser um ensino de melhor qualidade. O MEC deverá ser o grande vetor desse processo. É imperioso que seja!

O Brasil quer e necessita que o governo federal seja régua e compasso para todos aqueles que militam na área e desejam promover as mudanças que podem colocar o país na vanguarda do processo educativo. Sem que o MEC assuma o papel de timoneiro, dificilmente haverá a sinergia nos esforços públicos e privados que podem acelerar o passo da História.

Esse é um viés que defendo como Senador da República.

Mas, voltando ao federalismo como um todo, vejo que a solução para acabar com a guerra fiscal é aprofundarmos os consistentes estudos com vistas à rediscussão do pacto federativo. Se somos uma Federação, não podemos admitir que um ente seja mais igual do que os outros, porque, senão, esse equilíbrio se destrói, e o próprio pacto federativo fica em risco.

Poderia acabar esse ensaio neste ponto, mas, como Senador de Mato Grosso, não posso deixar de lembrar que uma nova distribuição do bolo tributário deve levar em conta que o Estado de Mato Grosso, além de liderar o *ranking* mundial de produção e exportação de açúcar, etanol, algodão e trigo, é, acima de tudo, o segundo maior no faturamento com as vendas externas do complexo de soja, aí compreendidos o grão, o farelo e o óleo.

O fabuloso crescimento do agronegócio em nosso país, com destaque para a região Centro-Oeste e, mais especificamente para o Estado de Mato Grosso, tem reclamado especial atenção no que concerne ao planejamento estratégico da logística de escoamento da gigantesca produção de grãos. Tanto mais porque, segundo as projeções do Ministério da Agricultura, até 2030, um terço dos produtos comercializados no mundo será proveniente do Brasil. Isso em função da crescente demanda dos países asiáticos por alimentos.

A acentuada ascensão das economias asiáticas, notadamente a chinesa, faz com que venhamos a rever nossa política de comércio exterior, sobretudo quando constatamos que a República Popular da China é hoje nosso principal parceiro comercial, tendo desbancado, desde 2009, o lugar que vinha sendo ocupado pelos Estados Unidos por nada menos que oitenta anos.

Uma vez que nossa matriz de exportações se caracteriza por produtos de baixo valor agregado, entre minérios e produtos agrícolas, e que mais de 33% das riquezas produzidas em território nacional correspondem às atividades do agronegócio, impõe-se viabilizar as melhores condições de infraestrutura de escoamento e comercialização para este setor.

A utilização do oceano Pacífico como alternativa para abastecer esse mercado emergente, por meio da ferrovia Transoceânica, demonstra-se de inegável conveniência e oportunidade, não só pela expansão da demanda asiática, mas também pela importância em fortalecer parcerias e em garantir o crescimento regional integrado entre os países da América do Sul.

Portanto, é urgente trocar o insistente despautério de um penoso e oneroso périplo em infundáveis estradas esburacadas pela utilização de portos mais próximos, tanto da origem quanto do destino de nossos produtos de exportação, o que parece uma opção natural, à luz da lógica e do bom senso.

Esse é um tema que certamente o Congresso Nacional tem que discutir à exaustão. O bolo tributário precisa ser mais bem distribuído, de forma que as coisas melhorem da porteira para fora porque, da porteira para dentro, o Estado de Mato Grosso tem cumprido seu papel.



Palácio do Congresso Nacional



Senador Roberto Coelho Rocha (PSB-MA)

Senado Federal



MADE IN UPAON-AÇU



Os índios tupinambás deram o nome de “Ilha grande”, ou Upaon-açu, em seu idioma, a um pedaço de terra no Golfão Maranhense, com quase mil e quinhentos quilômetros quadrados, que mais tarde foi coberto por holandeses, portugueses e franceses. Estes nela sentaram praça em 1612 e fundaram uma pequena aldeia, a qual denominaram de São Luís, em homenagem ao Rei da França, Luís XIII.

A denominação indígena foi restabelecida pela Constituição do Estado do Maranhão: “Art. 8º – A cidade de São Luís, na ilha de Upaon-Açu, é a capital do Estado”, preservando, assim a memória ancestral dos seus primeiros habitantes.

A única capital do país fundada por franceses, São Luís guarda alguns outros traços singulares. Juntamente com Florianópolis e Vitória, divide o prestígio de estar situada em ilha continental, banhada pelas mesmas águas do Atlântico.

Outra dádiva da natureza é menos conhecida dos brasileiros: as águas que banham seu litoral são as mais profundas do país, permitindo a atracagem dos gigantes dos mares, os supergraneleiros que transportam o minério de ferro e o alumínio, pelo porto do Itaqui. Nenhum porto nas Américas ombreia o calado do porto de Itaqui, ultrapassado apenas pelas águas de Roterdã.

Além disso, São Luís fica estrategicamente situada no centro geográfico da Área de Livre Comércio das Américas-Alca, sendo o porto comercial brasileiro mais bem localizado em relação aos mercados da Ásia, da Europa e dos Estados Unidos, o que implica redução de custos de frete e economia de escala para o escoamento das novas fronteiras agrícolas que se abrem com a criação do Matopiba e a expansão dos cultivos do Centro-Oeste.

Esse enorme capital logístico, que não pertence aos maranhenses, mas a todo o Brasil, é o fundamento maior de meu projeto de Lei nº 319, de 2015, que cria uma Zona de Exportação, estabelecendo que a ilha será uma área de livre comércio de importação e exportação, beneficiada por incentivos fiscais, em especial a suspensão dos Impostos sobre Importação e Exportação e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

A ideia é permitir que as extraordinárias vantagens da “Ilha grande” venham a atrair indústrias voltadas unicamente para a exportação de produtos, com regime tributário especial, que se transforme em indutor do desenvolvimento, aproveitando as potencialidades do Maranhão como Estado produtor.

O projeto não conflita em nada com a Zona Franca de Manaus, voltada exclusivamente para o consumo interno. Sua lógica é completamente diferente. A ideia-força é aproveitar o potencial agrícola do Maranhão e demais dos Estados produtores rurais para induzir a instalação de fábricas de processamento que

produziriam para o mercado mundial, com vantagens aduaneiras. A mesma fábrica, se desejar vender o produto no mercado brasileiro, estaria sujeita ao regime tributário normal, diferentemente do que ocorre em Manaus.

Não estamos pleiteando privilégios, mas simplesmente as condições para fazer desabrochar nossas capacidades produtivas e nossa vocação empreendedora.

O projeto já teve relatório favorável na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e foi encaminhado para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Entendo que o projeto é uma oportunidade para o Brasil ultrapassar o lamentável índice que ostenta hoje e que nos coloca na septuagésima posição entre os 75 países com economia mais fechada, segundo dados da Câmara de Comércio Mundial (ICC), considerando abertura de comércio observada, políticas comerciais, abertura ao investimento estrangeiro direto e infraestrutura para o comércio.

Nosso país exporta apenas o equivalente a 11,5% do PIB, contra 29,8% da média mundial. Nesse cenário lamentável, fruto de interdições ideológicas e miopia política, abre-se o caminho para uma revisão de conceitos. O Maranhão, definitivamente, pode ser uma das chaves da retomada do crescimento do país. O primeiro e decisivo passo é entendermos que o Brasil tem suas mãos a oportunidade de construir uma nação moderna, enfrentando os desafios que a globalização nos impõe.



Palácio do Congresso Nacional



FOTO: SALVI CRUZ / ESTÚDIO FOTOPERFIL



Dra. Daniela Vitorello Correa

Advogada

A GLOBALIZAÇÃO DE ACORDO COM UMA VISÃO COSMOPOLITA

O tema globalização, nas últimas décadas, tem ocupado espaço cada vez maior nas pautas das reuniões de organizações internacionais e fóruns mundiais. O recente fim de século e de milênio propiciou uma oportunidade de reflexão em escala mundial sobre os rumos da História ao longo dos últimos cem anos e estimulou o pensamento da Humanidade em face dos novos desafios e dilemas do mundo moderno.

Não é possível afirmar que exista qualquer consenso ou diagnóstico definitivo sobre o passado, o presente e o futuro do processo de globalização por qual atravessa o mundo moderno. A tentativa de comparar a atual integração mundial não está isenta de perigos e armadilhas, em função das novas circunstâncias e variáveis em que se insere o processo de reestruturação da nova ordem internacional. Para procurar compreender um fenômeno, é preciso, em primeiro lugar, definir os termos e, depois, dividir a questão de modo que sejam separadas as possíveis variáveis que contribuem para explicar o conjunto. Dada a complexidade do fenômeno da integração mundial, torna-se especialmente necessária essa separação dos fatores que estão contribuindo para a nova conformação do cenário internacional.

Antes, porém, de iniciar a análise, é importante comentar que há duas visões, contraditórias e irreconciliáveis, em relação à globalização. Uma delas, em face da complexidade do tema, renuncia a uma tentativa de compreensão global do fenômeno e enuncia fatos ocorridos ao redor do globo sem procurar uma explicação unitária, impossível de ser alcançada sob esse ponto de vista. A tentativa de interpretação unitária, como um trabalho de sísifo, estaria condenada ao fracasso. Os eventos mundiais são *flashes* que iluminariam o escuro cenário mundial, impossível de ser captado de modo unitário.

O outro enfoque, mais próximo da perspectiva científica, procura um método de análise a partir da observação da realidade e, ao mesmo tempo, divide o estudo das questões de modo que seja iluminado cada canto do cenário. A reconstituição metódica das luzes permitiria uma visão integrada do quadro mundial. Essa segunda perspectiva é mais desafiadora e fértil.

O presente estudo adota a segunda perspectiva e procura focalizar quatro importantes fatores que têm contribuído de forma diversa para configurar o processo de globalização nos últimos vinte anos, ou seja, desde o início dos anos 1980: a globalização nas comunicações, a economia, a política e os valores presentes no convívio nos níveis pessoal, social e mundial. Cada um desses aspectos será abordado nas quatro seções deste texto.

A ligação entre elas é clara: a revolução nas comunicações favorece e permite a integração econômica. O fator econômico, por sua vez, tem implicações no cenário e no relacionamento político. O elemento político, em última instância, está presidido por valores e princípios. A presença ou ausência de valores éticos e princípios morais nas pessoas que comandam a política, a cultura, a economia e as comunicações é fundamental para compreender a evolução da Humanidade e o processo de globalização em curso.

Outra maneira de enunciar o mesmo processo é dizer que a informação, favorecida pela comunicação, é necessária para tomar decisões econômicas. A economia, por sua vez, está a serviço da política, e a política deveria perseguir o bem da sociedade norteada por princípios e valores éticos. Esse ponto de partida descansa na ideia de que a ação humana é intencional, e as pessoas, obviamente, se dirigem a determinados fins quando atuam.

Os tristes atentados terroristas, ocorridos no cenário mundial, são exemplos claros de tal ponto de vista. Embora absolutamente condenável sob todos os aspectos, a motivação de tais ações dantescas provém de fanatismos compartilhados. Apesar de totalmente condenável, a crueldade foi disseminada além de fronteiras soberanas.

Nas entrelinhas de grandes intelectuais americanos, nesta esteira de pensamento, entre eles Samuel Huntington e Francis Fukuyama, condenando todos os radicalismos e extremismos que matam em nome da fé, suprimindo liberdades de consciência, desrespeitando a dignidade da pessoa humana, encontram-se relogismos, os que matam em nome da fé, que suplantam questões econômicas ou comerciais.

O relacionamento humano, assim como o relacionamento comercial ou entre países, está baseado na comunicação. É preciso comunicar-se para estabelecer elos que permitam a integração. A língua e a linguagem são os instrumentos e ferramentas da comunicação. Nas últimas décadas, a integração econômica mundial foi impulsionada pela revolução das comunicações, que, por sua vez, foi favorecida pelos avanços na tecnologia.

Os avanços tecnológicos na área da informática e das comunicações, entre estes, microcomputadores, satélites, fibras óticas e internet, multiplicaram as possibilidades e oportunidades de negócios a um custo cada vez menor. O deus Hermes, na mitologia grega, filho de Zeus e de Maia, é o deus do comércio, por sua versatilidade, decisão, astúcia e rapidez de comunicação. Era o mensageiro de Zeus. As sandálias aladas e as asas no chapéu, com o que é representado, emprestavam ao deus a velocidade e mobilidade necessárias ao exercício da atividade comercial.

Comunicar-se é o primeiro passo no mundo dos negócios. Consideremos, por exemplo, o preço das comunicações. Em 1930, o custo de uma chamada telefônica entre Nova York e Londres era 245 dólares. Após, quarenta anos, o custo já era quase um décimo, 32 dólares. Decorridos, vinte anos, em 1990, o custo foi novamente dividido por 10 dólares, 3 dólares. O avanço das comunicações na década de 1990 foi surpreendente, como mostram os indicadores de comunicação global divulgados pela International Telecommunication Unit (ITU).

Esse crescimento vertiginoso das comunicações está relacionado com a globalização econômica na medida em que a revolução na informação está abrindo novos espaços e perspectivas econômicas em todos os níveis, tanto para os países desenvolvidos e desenvolvimento quanto para as empresas e para as pessoas de um modo geral. Representa um avanço real e significativo para o futuro mundial, embora não esteja isento de perigos e desafios. O ideal de um mercado com informação perfeita e instantânea está deixando o *status* de utopia dos livros-texto de economia para tornar-se uma possibilidade real graças ao baixo custo e à rapidez da informação, principalmente pelo uso da internet.

A conclusão é clara: a revolução nas comunicações transformou a atividade econômica nos últimos vinte anos e – muito embora a sua distribuição tenha sido assimétrica, favoreceu a integração entre países e o processo de globalização.

GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA

A globalização econômica é uma faca de dois gumes. De um lado, descortina novos horizontes para a economia mundial; de outro, entretanto, pode abrir o fosso que separa pessoas e países, aumentando o abismo entre beneficiados com o processo e os desfavorecidos da fortuna. Há um claro divisor de águas entre aqueles que defendem os aspectos positivos da integração econômica e aqueles que somente veem as mazelas do processo, que são consequências, mesmo que por vezes involuntária, da integração econômica mundial.

Um estudo dessas questões que procure ser objetivo necessita olhar tanto para as vantagens quanto para os inconvenientes da globalização econômica à luz de dois aspectos: os dados compilados sobre a economia mundial e, principalmente, os valores e princípios que deveriam nortear esse processo.

Para muitos países, a divisão internacional do trabalho e a teoria das vantagens comparativas do comércio internacional viabilizam as estratégias sócioeconômicas e culturais.

Para as empresas, a globalização abriu fontes de tecnologia, financiamento, trabalho e difusão dos seus produtos e serviços. Ao mesmo tempo, a globalização acelerou o processo de fusão e incorporação de empresas. Observa-se uma concentração do capital e uma expansão das empresas multinacionais. Novas marcas mundiais, com *know-how*, e tecnologia próprios, avançam na maioria dos países.

Também para as pessoas a globalização abre novas perspectivas e modalidades de trabalho.

Muitas tarefas podem ser realizadas, graças à internet, fora do local habitual de trabalho. A globalização, entretanto, também ameaça muitas ocupações que, em função do avanço das comunicações, não são mais necessárias. O estudo desses aspectos é extremamente vasto e interessante; porém, foge ao propósito da presente análise geral.

Restringindo a globalização ao âmbito da economia durante o século XX, apesar das duas guerras mundiais e da grande depressão dos anos 1930, esse foi um século de crescimento econômico mundial.

O crescimento econômico favoreceu os pobres; porém, não solucionou o problema da pobreza no mundo. Com base em dados de 80 países ao longo de quatro décadas, concluiu-se que “o relacionamento entre o crescimento da renda dos pobres e o crescimento da renda geral é um para um”, ou seja, a renda dos pobres aumentou na mesma proporção que a renda em geral.

Se, ao longo do século passado, o crescimento econômico foi uma tendência generalizada, a riqueza gerada não se distribuiu simetricamente. Relatórios das Nações Unidas indicam que países

inseridos no processo de globalização, os “*globalizers*”, e países não inseridos na globalização, os “*non-globalizers*”, demonstram aumento do volume no comércio exterior e cortes em tarifas.

Os países inseridos no contexto da globalização tiveram mudanças significativas no volume de comércio exterior em relação ao produto interno bruto, reduzindo também suas tarifas tributárias. Dentre eles, China, Índia e Brasil. Ou seja, a distância entre países ricos e em desenvolvimento declinou nas últimas duas décadas em relação aos países inseridos na globalização e aumentou para aqueles países não inseridos no processo.

Há também a verificação da queda da taxa de inflação dos países com maior abertura para o exterior. Destarte, podemos esperar que, realmente abrindo-se espaço nesse sentido, a globalização deverá melhorar a vida material dos pobres, evidenciando-se uma economia mais facilitadora do desenvolvimento social.

Com efeito, a globalização econômica favorece o crescimento e a diminuição da pobreza. O grande desafio da globalização, entretanto, continua a ser a distribuição de renda entre países e, fundamentalmente, entre pessoas. Países que reduziram a inflação e expandiram o comércio e viram acelerar suas taxas de crescimento nos últimos vinte anos não tiveram mudanças significativas de renda. Nessa esteira, vale dizer que as soluções para modificar tais sombras desse quadro passam, mormente, pela política. Decisões como o perdão da dívida, ajuda e financiamento externo, redução de barreiras não tarifárias e muitas outras implicam, conseqüentemente, em aparato político, até para que protecionismo e nacionalismo exacerbados não provoquem uma reação prejudicial a oportunidades criadas pela globalização.

Embora a face mais visível da globalização seja a econômica, o processo como um todo, não deve estar a serviço de interesses exclusivamente econômicos, mas, antes de tudo, dos valores humanos. A globalização deve estar a serviço da Humanidade e não a Humanidade a serviço da globalização. Os interesses econômicos devem estar subordinados à ética e não os mesmos valores serem servientes e descaracterizados nesse processo. Destarte, a verdadeira riqueza de uma nação é seu povo, e o objetivo do desenvolvimento é a criação de um ambiente que permita às pessoas desfrutar de uma vida longa, saudável e criativa, de modo que tais verdades não se esvaíam no desenrolar do processo e não estejam tão somente, fulcradas pelas riquezas material e financeira.

Se a integração nas comunicações impulsionada pelo avanço tecnológico é um fato incontestado e a globalização econômica, assim, alcançou patamares inquestionáveis de crescimento, a globalização política está distante de ser uma realidade concreta e prática na vida dos países.

Com a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, a livre iniciativa e o sistema de mercado se espalharam pelos países da antiga Cortina de Ferro e do Extremo Oriente. A liberalização econômica, entretanto, não teve o mesmo impacto na arena política. As fronteiras e a soberania nacional não se alteraram, e o Estado-nação continua a prevalecer no âmbito das relações internacionais.

Do ponto de vista utópico, descreveria, pois, a globalização, um mundo ideal, privilegiando o direito internacional, o cumprimento das obrigações internacionais e a paz entre os países.

Do outro lado, porém, os globalistas salientam que no novo cenário internacional, o conceito de soberania, autonomia e legitimidade do Estado está perdendo força para transformações de padrões sócioeconômicos, fazendo desaparecer limitações do espaço e do tempo nos padrões de interação social e transacional.

O debate deverá continuar nas próximas décadas. A realidade mundial, todavia, seguirá seu curso, obrigando a repensar os conceitos teóricos e a reformular as teorias das relações internacionais.

Conclui-se, portanto, que a globalização política, no cenário mundial atual, em termos práticos, ainda não passa de um projeto não realizado. Ainda, o Estado-nação continua a ser o elemento básico do relacionamento internacional.

Mas, questão crucial que devemos abordar é a da ética na globalização. A despeito do choque cultural das civilizações, há que se reconhecer o ponto fundamental que, amiúde, faz com que haja a inter-relação estatal: a regra de ouro de que nenhum povo se basta isoladamente. A cooperação assenta-se na necessidade premente de um povo em face de outro, de modo que somente a solidariedade humana pode mudar o que a justiça não pode alterar. São, portanto, os valores presentes nas civilizações os verdadeiros responsáveis pelo destino do futuro mundial nas próximas décadas e nos próximos séculos. Se a justiça e a solidariedade prevalecerem sobre a riqueza e o poder, ainda haverá esperança em um futuro comum e efetivamente global para as nações.

SUA MARCA 24 HORAS NO AR

O GRUPO KALLAS É O MAIS COMPLETO GRUPO DE MÍDIA OUT OF HOME, ATUANDO COM MOBILIÁRIO URBANO, PAINÉIS URBANOS E RODOVIÁRIOS, MÍDIA AEROPORTUÁRIA, COMUNICAÇÃO VISUAL E SOLUÇÕES EM MÍDIA DIGITAL POR MEIO DE SUAS EMPRESAS ALL SPACE, PONTO KA, CODEMP E CROMO. PIONEIRO EM MÍDIA AEROPORTUÁRIA E MAIS DE 35 ANOS DE ATUAÇÃO, O GRUPO KALLAS TEM ABRANGÊNCIA NACIONAL, DIVERSIDADE DE PRODUTOS E UMA ESTRUTURA VERTICAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE SEUS CLIENTES, TRAZENDO INOVAÇÃO, SEGURANÇA, ENTREGA E RESOLUTIVIDADE.



PIONEIRA EM MÍDIA AEROPORTUÁRIA NO PAÍS E REFERÊNCIA NESTE MERCADO, COM FORTE ATUAÇÃO EM MÍDIA OUT OF HOME NA ÁREA DE TRANSPORTES A EMPRESA AINDA CONTA COM MÍDIAS EM METRÔS, TRENS, BUSDOOR, PONTOS DE PARADAS, ETC.

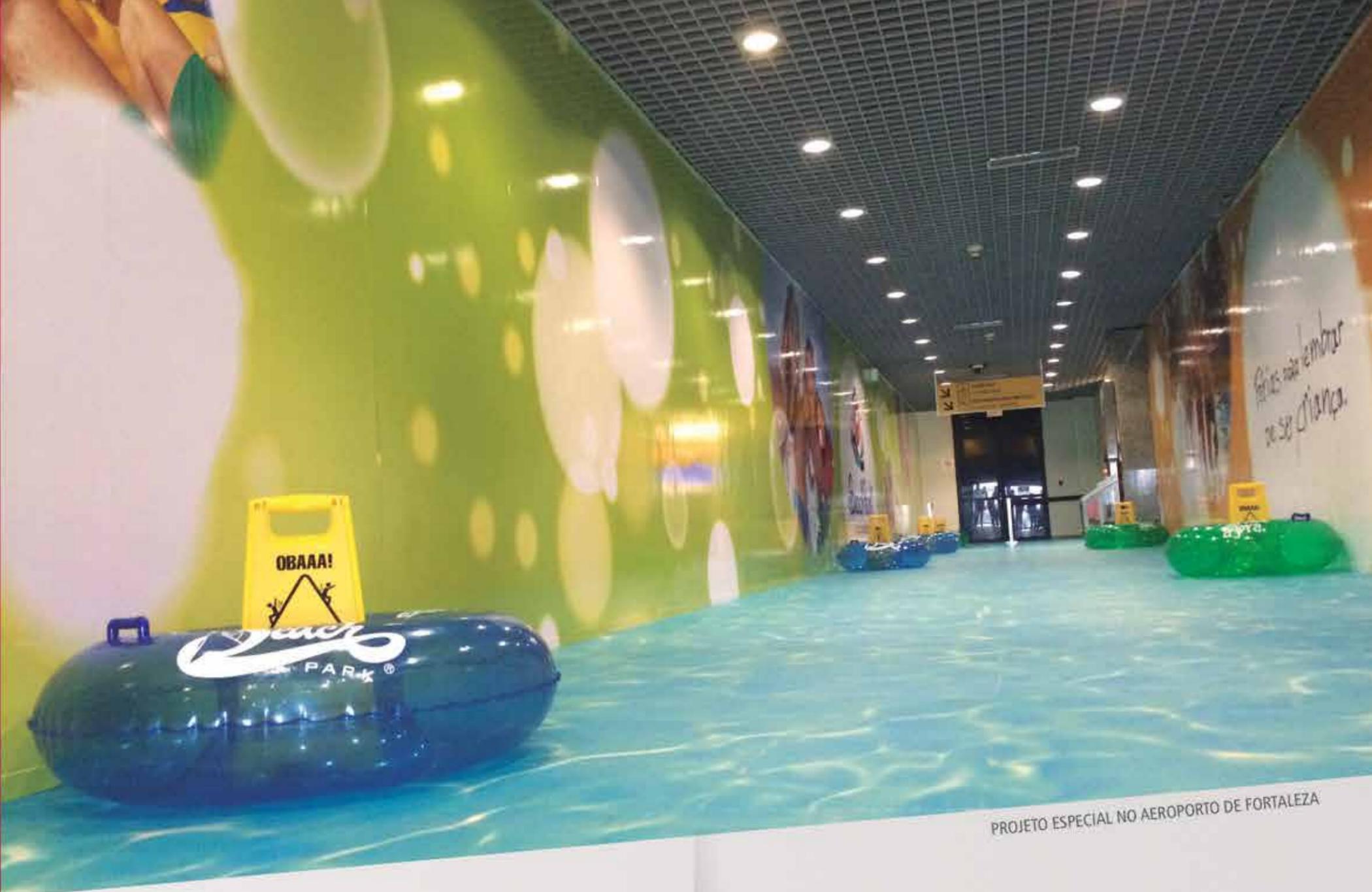


LÍDER EM PAINÉIS URBANOS, RODOVIÁRIOS E OUTDOORS. COM PRESENÇA NACIONAL E A MAIOR REDE DE EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS DO PAÍS A PONTO KA OFERECE UMA CAPACIDADE DE PLANEJAMENTO E COBERTURA COMO NENHUMA OUTRA.



WWW.KALLAS.COM.BR

0800 723 0900 • (11) 4134-2700



PROJETO ESPECIAL NO AEROPORTO DE FORTALEZA



ATUAÇÃO EM **MOBILIÁRIO URBANO (MUB)** E **PROJETOS ESPECIAIS**. COM PEÇAS COMO MUPIS, PÓRTICOS, ABRIGOS DE ÔNIBUS, PLACAS DE RUA, BANCAS DE REVISTA, RELÓGIOS DIGITAIS E BICICLETÁRIOS, SUA EXPERTISE CONTEMPLA TODO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO, DESDE A **ANÁLISE** DAS PARTICULARIDADES, **PLANEJAMENTO** E **CRIAÇÃO** DE IDENTIDADE VISUAL.



EMPRESA DE **COMUNICAÇÃO VISUAL** DO GRUPO KALLAS, A CROMO ATUA COM FOCO NA ÁREA DE SERVIÇOS COMO **IMPRESSÃO DIGITAL, ESTRUTURAS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO**, ALÉM DE DIVERSAS OUTRAS. COM PROFISSIONAIS QUALIFICADOS, GARANTE QUALIDADE, AGILIDADE E ALTA PRODUTIVIDADE.





Dr. David Barioni Neto

Presidente da Apex-Brasil

O PAPEL DA APEX-BRASIL NA PROMOÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Os países emergentes adquiriram, nos últimos anos, maior importância no cenário mundial, modificando o panorama da economia com um deslocamento da produção e do consumo no globo. Em um cenário econômico mundial de incertezas e em profunda transição, a expansão internacional das empresas é imperativa para a sustentabilidade dos negócios e a retomada do crescimento no país.

Essa nova ordem econômica se reflete em um mercado global cada vez mais competitivo, repleto de desafios, mas também de oportunidades. O principal desafio é justamente identificar as oportunidades em momentos como este, valendo, para isso, inspirar-se em tantas e boas transformações ocorridas na história do mundo, exatamente por força de tempos de crise.

Nos últimos anos, o Brasil acertou ao diversificar parceiros e, ao mesmo tempo, consolidar sua presença em mercados tradicionais, ampliando sua participação no cenário econômico mundial e garantindo melhores condições de enfrentar as adversidades. Há, entretanto, muito a fazer.

Para as empresas, a exportação é elemento estratégico para a incorporação de novas tecnologias e inovação, gerando competitividade e maior faturamento. Para o Brasil, as exportações resultam em geração de emprego e de renda e crescimento econômico. A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) atua para aumentar as exportações e atrair investimentos estrangeiros para o país por meio da promoção comercial de produtos e serviços brasileiros no exterior. Integrante do Sistema MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior –, a Agência é responsável pela execução das políticas de promoção de exportações e auxilia as empresas brasileiras desde a capacitação para exportação até sua inserção efetiva no mercado internacional.

A Apex-Brasil desenvolve estudos e acompanha os movimentos dos mercados globais para identificar oportunidades e orientar as estratégias das companhias nacionais sobre o ingresso no mercado internacional. As plataformas de promoção comercial, entre as quais missões empresariais, rodadas de negócios no Brasil e no exterior e apoio à participação em feiras internacionais, são desenvolvidas de parceria com o setor produtivo e visam, sobretudo, gerar negócios e fortalecer o posicionamento do país e dos produtos e serviços brasileiros lá fora.

No trabalho de incorporar mais exportadores ao mercado internacional, diversificar e agregar valor à pauta de exportação brasileira, aumentar o volume comercializado e ampliar os mercados para nossos produtos e serviços, contabilizamos uma parceria bem-sucedida. Mais de 10 mil empresas de 80 setores que exportam para 200 mercados são apoiadas atualmente pela Apex-Brasil. As exportações dessas empresas cresceram 5% no primeiro semestre de 2015, em um período de retração para as exportações gerais. Sobre a sustentabilidade dos negócios, 85% das companhias que recebem suporte da Apex-Brasil permanecem como exportadoras contínuas.

Nosso mercado interno é imenso e, por vezes, um convite à acomodação. Mais importante, entretanto, é que nada menos que 97% dos consumidores do mundo estão além das nossas fronteiras. Em 2014, o número de exportadores brasileiros cresceu pelo segundo ano consecutivo: 19.234 empresas brasileiras realizaram vendas ao exterior 425 a mais que em 2013 (18.809), um crescimento de 2,7%. Se, por um lado, hoje, as grandes companhias concentram a maior parte do valor exportado pelo Brasil, é relevante notar que 42,1% das empresas que exportaram em 2013 são micro e pequenas. Portanto, na exportação tamanho não é documento, mas planejamento, conhecimento de mercado e promoção comercial estão entre os itens indispensáveis para se posicionar de forma estruturada e em condições de enfrentar o concorrido mercado global.

Além de auxiliar as empresas brasileiras no acesso a novos mercados, a Apex-Brasil coordena os esforços para atração de investimentos estrangeiros diretos (IED) para o país. O foco em setores estratégicos para a economia visa aumentar a competitividade das empresas brasileiras e o desenvolvimento do Brasil. O objetivo é atrair capitais produtivos que possibilitem incorporar inovações tecnológicas e adensar as cadeias produtivas brasileiras, com impacto na geração de empregos e na ampliação e diversificação da pauta exportadora.

Nos últimos anos, o Brasil consolidou sua posição como destino importante para investimentos estrangeiros. Relatório da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (Unctad) apontou o país como um dos seis destinos mais atrativos para investimentos produtivos, depois apenas da China, de Hong Kong, dos EUA, do Reino Unido e de Cingapura. Esses investimentos produtivos têm contribuído de forma importante para o desenvolvimento e a diversificação da economia brasileira nas últimas décadas,

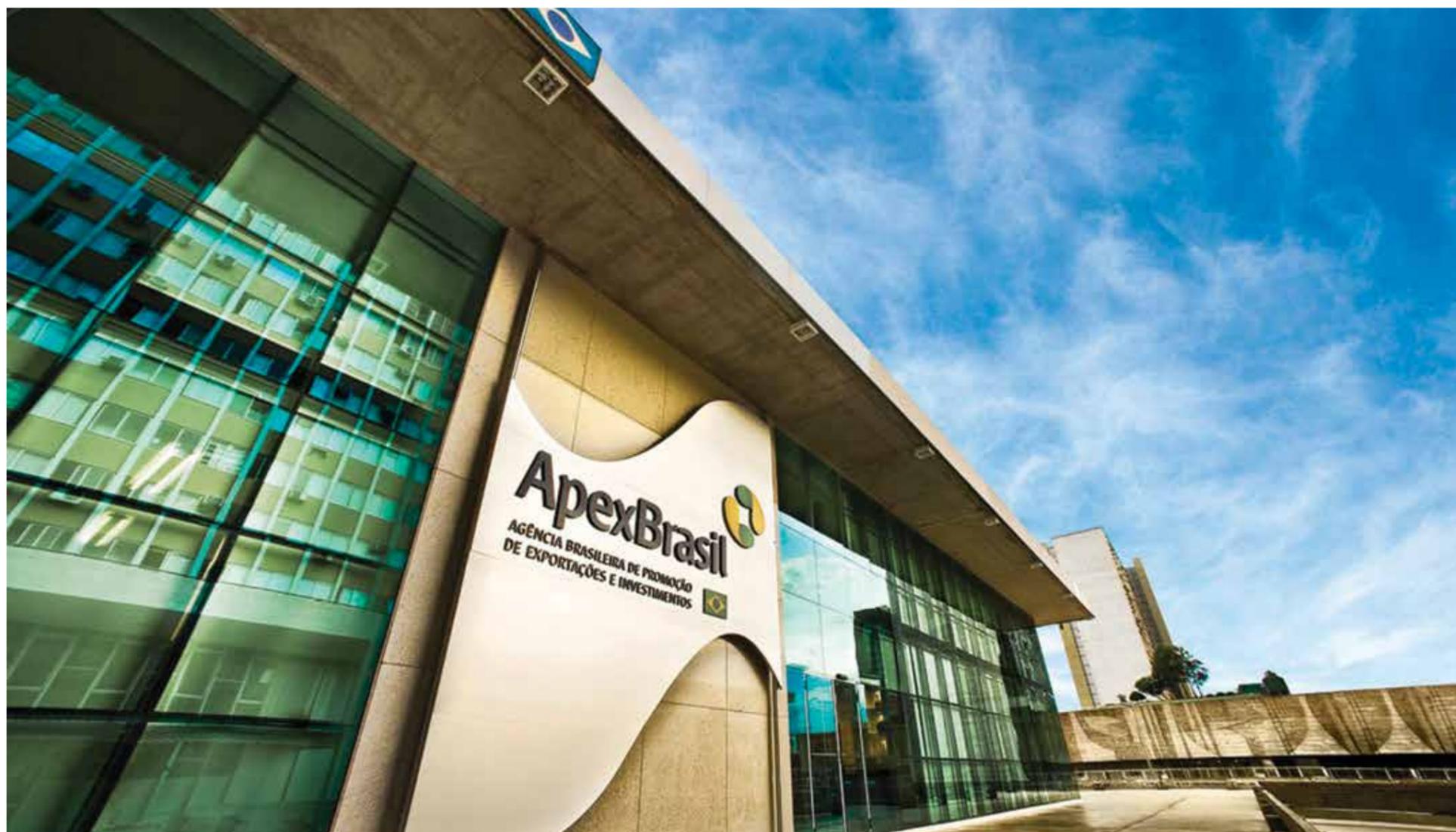
com reflexos na ampliação da pauta e dos volumes exportados e exercendo papel relevante no aumento da competitividade da base industrial.

Enquanto os investimentos diretos despencaram 16,3% no mundo em 2014, o fluxo para o Brasil caiu apenas 2,3%. Uma diferença significativa. Além de subir da 7ª para a 6ª posição, o Brasil elevou sua participação no fluxo de IED de todo o mundo ao receber 5,1% do volume total de investimentos produtivos globais de 2014, mais do que os 4,6% do ano anterior. As entradas de IED no Brasil somaram US\$ 62 bilhões no ano passado.

Para 2015, a Unctad prevê um crescimento de 11% no volume de IED no mundo. O fluxo de IED é considerado por muitos economistas o “investimento bom”, já que esse dinheiro vem do exterior para o adensamento das cadeias produtivas, com construção de fábricas, infraestrutura, empréstimos internos feitos por multinacionais e aquisições de empresas. Tudo isso impacta nas exportações porque fortalece o setor produtivo para a concorrência global. Devemos, portanto, seguir trabalhando na preparação das empresas brasileiras para receber esses investimentos e na identificação de oportunidades de negócios, apoiando o investidor estrangeiro em todo o processo de investimento no Brasil.

A sede em Brasília e os escritórios da Apex-Brasil nos principais mercados globais funcionam como plataformas destinadas a auxiliar as empresas brasileiras em suas exportações, além de servir-nos de referência para a atração de investimentos estrangeiros. Os instrumentos de fomento às exportações permitem lançarmos de forma mais assertiva nos mercados internacionais. O Mapa Estratégico de Mercados e Oportunidades Comerciais no site da Apex-Brasil é uma ferramenta virtual de inteligência comercial, lançada no âmbito do Plano Nacional de Exportações, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que indica mercados potenciais para produtos e serviços brasileiros. São 32 mercados prioritários para o comércio exterior brasileiro no período 2015–2018.

Além de alcançar oportunidades de vendas no exterior, as empresas que exportam consolidam-se no mercado doméstico, fortalecem-se para competir com marcas internacionais e tornam-se menos vulneráveis aos movimentos da economia interna. Temos o desafio de ampliar as exportações brasileiras em um ambiente de incertezas no mercado mundial. Unindo forças e foco, temos uma oportunidade: ampliar nossas fronteiras em um mundo a desbravar.



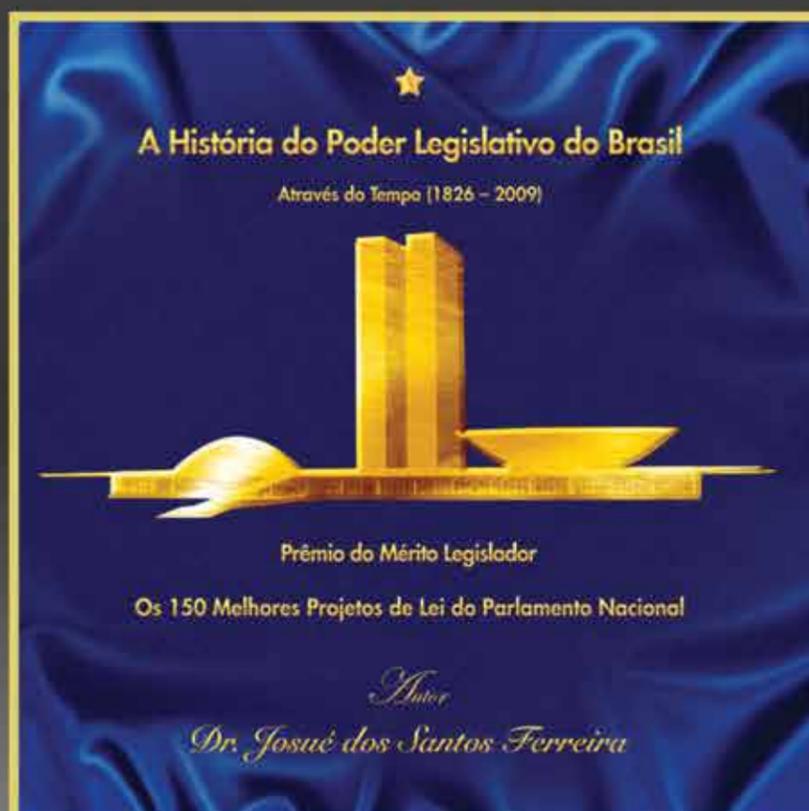
CONHECER A HISTÓRIA DO LEGISLATIVO É A
MELHOR FORMA DE PERPETUAR A DEMOCRACIA
E GARANTIR OS DIREITOS DO CIDADÃO.



A HISTÓRIA DO PODER LEGISLATIVO DO BRASIL ATRAVÉS DO TEMPO (1826-2009)

Obra única em seu segmento, o livro tem como meta resgatar a essência histórica do Poder Legislativo do Brasil, trazendo fatos sobre os hebreus, romanos, americanos, ingleses, portugueses e brasileiros desde 1826 até 2009.

A História do Poder Legislativo do Brasil Através do Tempo (1826-2009) é um verdadeiro instrumento de preservação da cultura e da cidadania nacionais, levando ao conhecimento do leitor os pilares da democracia global.

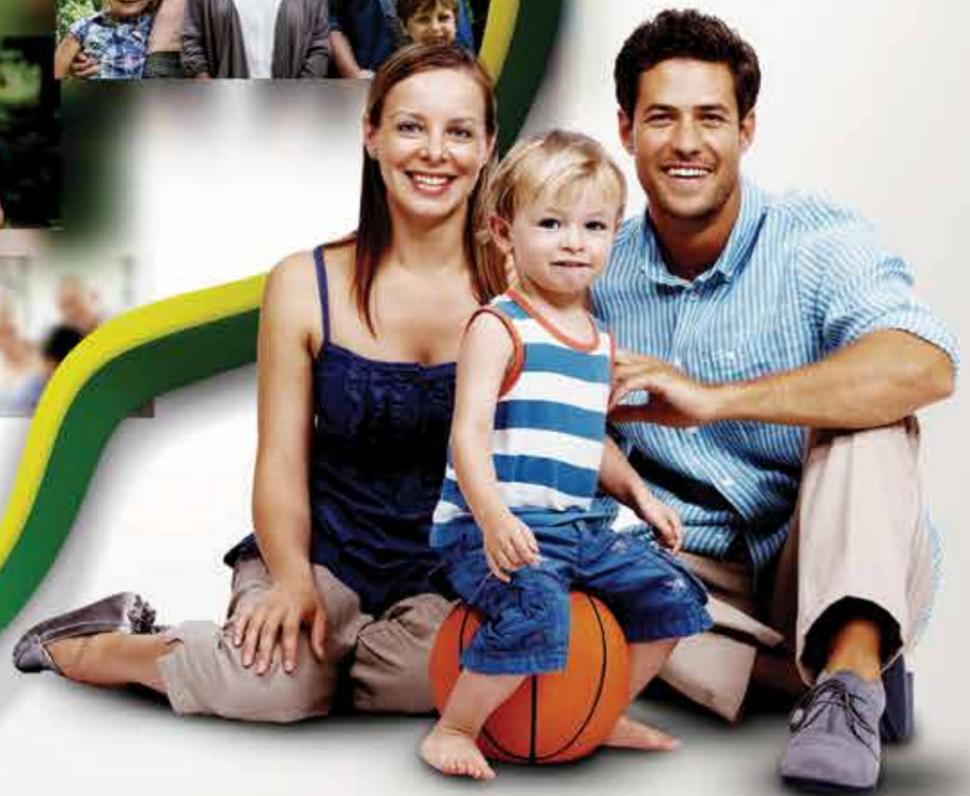


Secretaria de
**Fomento e Incentivo
à Cultura**

Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Responsabilidade social para um Brasil melhor.



O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro - Idelb acredita que somente com muito trabalho, planejamento, determinação e eficiência é que alcançaremos resultados consistentes que contribuam para o desenvolvimento de nosso país.

Desde 2003, de acordo com o conceito de responsabilidade social, o Idelb conquistou tradição, credibilidade e uma história de grandes realizações pelo Brasil, visando a um futuro melhor para todos.

Acesse www.idelb.org.br e saiba mais.



Orgulho de contribuir, há 12 anos, para o desenvolvimento do Brasil.



**AMOR PELA
VIDA**

Faça parte desta história!

**Sua empresa pode financiar a
construção do nosso Centro de
Reabilitação e Reinserção Social de
Dependentes de Drogas
Amor pela Vida, criado pelo IDELB.**

**Um centro de referência na América
Latina com atuação nas áreas de
tratamento, ensino e pesquisa para a
recuperação de dependentes de drogas.**



**CENTRO DE REABILITAÇÃO E REINserÇÃO
SOCIAL DE DEPENDENTES DE DROGAS DO
INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO - IDELB**

PROJETO SOCIAL "SALVANDO VIDAS DAS DROGAS"

Save your life forever

Para mais informações, acesse: www.idelb.org.br/amor_pela_vida.php

AS DOAÇÕES PARA O PROJETO SOCIAL "SALVANDO VIDAS DAS DROGAS" TÊM AMPARO LEGAL NO ART. 68 DA LEI FEDERAL Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006, QUE INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – SISNAD. O REFERIDO ARTIGO É CONTEMPLADO PELA SEGUINTE REDAÇÃO: "A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS PODERÃO CRIAR ESTÍMULOS FISCAIS E OUTROS, DESTINADOS ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS QUE COLABOREM NA PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO DE DROGAS, ATENÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS E DEPENDENTES E NA REPRESSÃO DA PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA E DO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS".

RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA UM FUTURO MELHOR

Após dez anos de existência e de muitos trabalhos sociais realizados em prol do desenvolvimento do Brasil, o Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB criou o Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas, denominado AMOR PELA VIDA, destinado a salvar a vida das pessoas usuárias de drogas brasileiras e estrangeiras, com vistas à prevenção do uso de drogas, ao tratamento do viciado em drogas, à reinserção social de usuários de drogas e o enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA tem por missão a promoção social no campo da proteção da vida, valorização e defesa da saúde, dando ênfase à criação e ao funcionamento de unidades de ensino, de pesquisa e de assistência, trabalhando para o desenvolvimento e o fortalecimento social do Brasil. O AMOR PELA VIDA tem como atuação estratégica os seguintes pilares:

- I – o tratamento de dependentes de drogas;
- II – a inclusão social de dependentes de drogas;
- III – a instituição de sistemas e tecnologias de apoio à pesquisa e ao ensino;
- IV – a instituição de cursos profissionalizantes em nível técnico na área da saúde voltados ao conhecimento em prevenção às drogas.

O trabalho de combate às drogas que vem sendo realizado pelo Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro teve início com ações concretas em 2004, 2007 e 2012.

Destacamos abaixo os trabalhos que foram realizados pelo IDELB na área de combate às drogas:

– I Fórum Brasileiro de Estudos e Debates contra a Violência e a favor da Reabilitação do Cidadão Dependente de Drogas (<http://www.idelb.org.br/forum2004>);

– I Simpósio Nacional sobre o Combate ao Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro, Recuperação de Ativos de Origem Ilícita no Exterior, Corrupção e o Combate ao Tráfico Internacional de Drogas (<http://www.idelb.org.br/simposio2007>);

– lançamento da Campanha Institucional de Combate às Drogas, voltada à Proteção à Vida da Criança e do Adolescente com Educação Preventiva nas Escolas sobre o Uso Indevido de Drogas (<http://www.idelb.org.br/images/PDF/antidrogas.pdf>).

O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro cumpre mais uma vez sua meta de promover a responsabilidade social para um futuro melhor com a criação do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA. Trata-se de um projeto-piloto de um laboratório clínico psiquiátrico de referência na América Latina, tendo por objetivo promover diversas iniciativas nas áreas de ensino e pesquisa clínica com avanço científico e tecnológico na área de saúde, voltado ao tratamento de dependentes de drogas.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA projeta em seu primeiro ano de funcionamento acolher para tratamento cerca de 360 usuários de drogas, visando integrar, articular e ampliar as ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack e outras drogas e contemplando a participação dos familiares e a atenção aos públicos vulneráveis: crianças, adolescentes e população em situação de risco.

A iniciativa social de criar o Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA é parte integrante do projeto social "Salvando Vidas das Drogas", realizado pelo

IDELB em 2009, dando apoio ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, implantado pelo Governo Federal em 2010, com vistas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

O projeto arquitetônico do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA foi elaborado por um dos melhores e mais renomados arquitetos do Brasil, o professor Jorge Munif Abussamra, graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade São Judas Tadeu, que tem em seu vasto currículo profissional inúmeros trabalhos consagrados, destacando-se a Torre João Salem, que recebeu o VII Grande Prêmio de Arquitetura Corporativa, o maior prêmio de Arquitetura da América Latina.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA convidou a Matec Engenharia, uma das melhores e mais modernas construtoras do Brasil, com reconhecida e sólida participação no mercado nacional, ganhadora de dezenas de prêmios por sua excelência e qualidade profissional na realização de suas obras, para participar do projeto, fazendo a construção do empreendimento social.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA será construído em uma área total de 5.700 m², no município de Vargem Grande Paulista, Estado de São Paulo, que terá uma área construída de 4.000 m² para acomodar cerca de 60 quartos, sendo dois pacientes por acomodação. A instituição terá, no total, 120 pacientes por tratamento, que terá, em média, quatro meses de duração. Serão acolhidos, portanto, por ano cerca de 360 usuários de drogas para realização de tratamento clínico psiquiátrico especializado.

Com o objetivo de cumprirmos nossa missão de melhorar e ampliar o desenvolvimento da saúde pública no Brasil com o tratamento de dependentes de drogas, com o firme propósito de reintegrá-los na sociedade e de promover infâncias saudáveis e bem-estar social, buscamos firmar parcerias com empresas, governos, organizações não governamentais e cidadãos.

Pedimos sua importante contribuição financeira para que possamos viabilizar a construção do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA, por meio de doações financeiras depositadas em conta bancária específica em nome do projeto social "Salvando Vidas das Drogas", conforme os seguintes dados:



Banco do Brasil S/A
Conta corrente nº 20.098-0
Agência nº 2962-9 – Faria Lima – SP
Beneficiário: **Projeto social "Salvando Vidas das Drogas"**
CNPJ/MF nº 05.527.226/0001-69

Nosso trabalho social encontra amparo legal no art. 68 da Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). O referido artigo é contemplado pela seguinte redação: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar estímulos fiscais e outros, destinados às pessoas físicas e jurídicas que colaborem na prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes e na repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas".

Nenhum caminho de flores conduz à glória. Vamos superar os obstáculos com a força de nossa coragem, enfrentando as vicissitudes e dando alento ao povo sofrido, vítima das brutais desigualdades sociais.



Perspectiva artística da fachada do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA, criado pelo IDELB.



AMOR PELA VIDA

CENTRO DE REABILITAÇÃO E REINserÇÃO
SOCIAL DE DEPENDENTES DE DROGAS DO
INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO - IDELB

PROJETO SOCIAL "SALVANDO VIDAS DAS DROGAS"

Save your life forever

Proteção à Vida da
Criança e do Adolescente
Educação Preventiva nas Escolas
sobre o Uso Indevido de Drogas



Dr. Josué dos Santos Ferreira
Presidente do Conselho Antidrogas do
Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB
E-mail: presidente@idelb.org.br

JOVEM SENADOR



Vinte e sete estudantes de todo o país participaram em novembro do Projeto Jovem Senador e vivenciaram na prática a atividade legislativa. Saiba mais sobre esse projeto e acompanhe todas as informações da próxima edição pelo site senado.leg.br/jovemsenador



Parceria



Realização

